



**Município da Marinha Grande**  
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
16/08/2012.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 18

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
16/08/2012.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 18

Aos dezasseis dias do mês de agosto de dois mil e doze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Dr. Álvaro Manuel Marques Pereira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira;
- Fernando Manuel da Costa Esperança Pereira;
- Paulo Jorge Campos Vicente;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 9:50 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

O Sr. Vereador Dr. Alberto Filomeno Esteves Cascalho não esteve presente, tendo pedido suspensão de mandato no período de 16 a 31 de agosto de 2012, pelo que foi substituído pelo Sr. Dr. Fernando Manuel da Costa Esperança Pereira.

A Sr.ª Vereadora Dr.ª Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho não esteve presente, tendo pedido suspensão de mandato no período de 15 a 22 de agosto de 2012.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

#### ORDEM DO DIA

1. **9.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2012**
2. **REQ. N.º 1309/12 – PC N.º 438/11 – FAMOPLA – FÁBRICA PORTUGUESA DE MOLDES PLÁSTICOS, LDA.**
3. **REQ. N.º 1343/07 – PC N.º 34/06 – MOLDE MATOS, S.A.**
4. **REQ. N.º 1000/12 – PC N.º 68/12 – MATOSPLÁS – INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS, S.A.**
5. **REQ. N.º 689/12 – PC N.º 1011/02 – JOAQUIM NETO MATIAS**

6. REQ. N.º 1159/12 – PC N.º 33/10 – ANTÓNIO PEREIRA SILVA
7. REQ. N.º 1137/12 – PC N.º 191/12 – RIBERMOLD, LDA.
8. REQ. N.º 1100/12 – PC N.º 147/10 – MOLDES RP – INDÚSTRIA DE MOLDES, SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA.
9. REQ. N.º 611/12 – PC N.º 105/12 – AFR – MOLDES – FABRICAÇÃO DE MOLDES PARA PLÁSTICOS, LDA.
10. REQ. N.º 1187/12 – PC N.º 125/11 – JOSÉ MANUEL COUCEIRO BAROSA CORREIA FRADE
11. REQ. N.º 1244/12 – PC N.º 38/12 – JOSÉ MANUEL DUARTE GRÁCIO
12. REQ. N.º 1142/12 – PC N.º 115/12 – ANA ISABEL LAMBELHO COSTA
13. REQ. N.º 1003/12 – PC N.º 147/12 – MARIA CONCEIÇÃO SILVA DOMINGUES JORGE
14. REQ. N.º 1254/12 – PC N.º 124/10 – MARIA ADELAIDE FERREIRA MIQUELIS SANTOS SAMPAIO
15. REQ. N.º 1238/12 – PC N.º 253/10 – ILÍDIO PEREIRA COSTA CANAS
16. REQ. N.º 2061/11 – PC N.º 385/11 – VITOR MANUEL SANTOS MARQUES
17. REQ. N.º 682/12 – PC N.º 88/11 – EDUARDO GABRIEL DUARTE ANTÓNIO
18. REQ. N.º 1334/12 – PC N.º 172/12 – JOANA RITA ANDRÉ CUSTÓDIO
19. REQ. N.º 898/12 – PC N.º 1302/97 – IMATLÂNTICO – EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E TURÍSTICOS, LDA.
20. REQ. N.º 1109/12 – PC N.º 187/12 – APPACDM – ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL
21. REQ. N.º 1176/12 – PC N.º 199/12 – ZON TV CABO PORTUGAL, S.A.
22. RECLAMAÇÕES DE MORADORES DE PERIGO DE SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS – LOTEAMENTO SITO NO LOCAL DA ANTIGA CRISAL – EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS CONCEIÇÃO GOMES E FERREIRA, LDª. –

**ABANDONO DAS OBRAS E INSOLVÊNCIA – VISTORIA URGENTE –  
DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA – RATIFICAÇÃO.**

- 23. ANULAÇÃO DE GUIA DE RECEITA**
- 24. DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DE LICENÇA - LOJA 4 DO MERCADO DA  
PRAIA DA VEIRA - VIRGOLINO MENDES , LDA**
- 25. HASTA PÚBLICA PARA ALIENAÇÃO DO LOTE N.º 47 DA ZONA INDUSTRIAL  
DA MARINHA GRANDE**
- 26. HASTA PÚBLICA PARA ALIENAÇÃO DE CINCO PRÉDIOS**
- 27. CONTRATO DE CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO CAFÉ DO PARQUE  
MÁRTIRES DO COLONIALISMO. RESCISÃO. AUDIÊNCIA PRÉVIA.**
- 28. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 8 DO  
ARTIGO Nº 26 DA LEI N.º 64-B/2011 DE 30 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O  
ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2012 - ILUMINAÇÃO PÚBLICA  
PARA A ESTRADA DO GUILHERME**
- 29. BENEFICIAÇÃO DA RUA ANTÓNIO MARIA DA SILVA. ATRASO NA  
EXECUÇÃO E CONCLUSÃO DA OBRA. PENALIDADES. AUDIÊNCIA PRÉVIA.**
- 30. "REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – FASE 2, JARDIM  
CENTRAL" – CP N.º 01/2012 – SUSPENSÃO DO PRAZO DA EMPREITADA.**
- 31. ABERTURA DE ARRUAMENTO PARALELO À ESTRADA DOS GUILHERMES E  
DUAS INTERSECÇÕES GIRATÓRIAS. ADITAMENTO AO CONTRATO DE  
CONSÓRCIO.**
- 32. "REDE DE SANEAMENTO NO LUGAR DE PASSAGEM – 2ª FASE – VIEIRA DE  
LEIRIA" – CP N.º 04/2011 – RATIFICAÇÃO DA SUSPENSÃO PARCIAL DOS  
TRABALHOS.**
- 33. "REQUALIFICAÇÃO DE DIVERSOS ARRUAMENTOS NA VÂRZEA - RUA  
NATÁLIA CORREIA E TROÇO DA RUA MIGUEL TORGA (ANTIGA RUA 4) - CP  
03/10 (DIRM)" - REVISÃO DE PREÇOS.**
- 34. "REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DA ANTIGA FÁBRICA DA RESINAGEM DA  
MARINHA GRANDE" - CONCURSO PÚBLICO N.º 05/2010 (DEEM) - REVISÃO  
DE PREÇOS.**

35. HABITAÇÃO SOCIAL – BAIRRO DO CAMARNAL VELHO, N.º 23 – CAMARNAL  
- TITULAR DO CONTRATO: DORA SOFIA LISBOA RAMADAS – ABANDONO  
DO LOCADO – OCUPAÇÃO ILEGÍTIMA POR TERCEIRO – RESOLUÇÃO DO  
CONTRATO DE ARRENDAMENTO.
36. ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDAS REFERENTES À RUA JÚLIO BRAGA  
BARROS, AS QUAIS SE ENCONTRAM SOB O REGIME DE RENDA APOIADA –  
PARA VIGORAREM A PARTIR DE 01 DE SETEMBRO DE 2012
37. REAPRECIAÇÃO DO VALOR DA RENDA APLICADO A INQUILINA CAMARÁRIA  
– CELESTE BOTAS PEREIRA, RESIDENTE NA PRACETA DA LIBERDADE,  
BLOCO 1, 1.º R/C ESQ., POR MOTIVO DE REAJUSTAMENTO DO RENDIMENTO  
MENSAL CORRIGIDO
38. REAPRECIAÇÃO DO VALOR DA RENDA APLICADO A INQUILINA CAMARÁRIA  
– MARIA DE FÁTIMA FERNANDES OLIVEIRA, RESIDENTE NA PRACETA DA  
LIBERDADE, BLOCO 5, 2.º ESQ., POR MOTIVO DE REAJUSTAMENTO DO  
RENDIMENTO MENSAL CORRIGIDO
39. ACEITAÇÃO DE DOAÇÃO AO MUSEU DO VIDRO POR PARTE DE MARIA  
HELENA MATOS.
40. RESUMO DE TESOURARIA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

#### PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

- O **Sr. Presidente** solicitou a apreciação, fora da ordem do dia, de quatro assuntos, que identificou, o que foi por todos aceite, pelo que os mesmos serão discutidos e votados após a conclusão da ordem do dia da presente reunião.
- O **Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira** abordou os seguintes assuntos:
  - ⇒ Segurança das balizas – requer informação sobre a certificação de segurança das balizas colocadas nos recintos desportivos que são da responsabilidade da Câmara, uma vez que a autarquia o exige, e bem, às entidades privadas.

⇒ Jardim – referiu que apesar do centro histórico estar em obras, se deveria prestar um pouco mais de atenção ao jardim junto à estátua Stephens.

- O **Sr. Vereador Dr. António Santos** referiu que para si a questão da União de Leiria ainda não está fechada. Há um protocolo, depois dá-se a sua rescisão, e entretanto sai uma notícia a dizer que o Presidente da Câmara não fecha a porta à União de Leiria. O que lhe interessa saber não é a questão quantitativa, dos números, mas sim qual a situação qualitativa quanto ao ponto de situação do protocolo. Gostaria de ser esclarecido, mas se não houver possibilidade de responder já poderá ser mais tarde, em próxima reunião.

- **ANTECIPAÇÃO DA REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL**

O **Sr. Presidente** solicitou a antecipação da reunião ordinária prevista para o dia 20/09/2012, de modo a que os assuntos aí aprovados possam ser remetidos à Assembleia Municipal dentro dos prazos legais.

Assim, e com a concordância de todos os membros do executivo presentes, a referida reunião **realizar-se-á no dia 18/09/2012, terça-feira, a partir das 09:30 horas.**

- Em relação às intervenções dos Srs. Vereadores, o **Sr. Presidente** respondeu o seguinte:

⇒ A informação requerida pelo Dr. Vítor Pereira irá ser respondida em próxima reunião;

⇒ Relativamente à questão colocada pelo Dr. António Santos, irá procurar a resposta junto do gabinete Jurídico e virá à próxima reunião, na certeza porém de que nem tudo o que vem nos jornais é verdade.

- Regulamento de apoio desportivo – a **Sr.ª Vereadora Dr.ª Cidália Ferreira** leu a informação que escreveu sobre o assunto, cujo conteúdo se reproduz de seguida:

*“Desde 1995 que este município tem subsidiado as modalidades desportivas federadas neste concelho, apoiando as nossas coletividades que tão meritariamente trabalham em prol do desenvolvimento desportivo do concelho sendo parceiros na promoção do bem-estar e da qualidade de vida da nossa população.*

*Importava passados 17 anos, promover uma discussão séria sobre um novo regulamento municipal de atribuição de apoios a esta atividade.*

*Quisemos nós, executivo permanente nesta autarquia, discutir em primeiro lugar, o que seria uma base de trabalho de uma futura proposta de regulamento, com todos os vereadores desta Câmara, chamando a este processo todo o executivo que foi eleito pela nossa população **mesmo antes de o fazermos com os clubes**. Partilhando a responsabilidade na elaboração do mesmo, para que pudesse vir a ser um regulamento do coletivo, onde se refletissem as ideias e os contributos de todos, onde se definissem as estratégias e os princípios que viessem a regular o desporto no nosso concelho.*

*Nós queríamos que estivéssemos **todos** no mesmo pé de igualdade.*

*Mas aquilo que queríamos que fosse uma discussão séria neste momento já o não é.*

*- Ao ser dado este documento, **base de trabalho**, aos vereadores da CDU e do PSD;*

*- Ao ser pedido que dessem todas as sugestões que entendessem;*

*- Ao ser combinado que se fariam reuniões de trabalho conjuntas, antes de se falar com os clubes;*

*- Ao serem dados até os valores comparativos tomando como exemplo os valores atribuídos nesta época, com os valores que os clubes receberiam se este documento estivesse em vigor, fornecendo todos os dados com total transparência, forma pela qual nos pautamos e com a qual nos identificamos pois acreditamos que a política tem de ter ética e transparência.*

*Podemos constatar o que foi feito:*

*- Não foram dadas quaisquer sugestões;*

*- Não foram feitas quaisquer reuniões com todo o executivo camarário onde se discutisse que estratégia desportiva se queria para este concelho;*

*- Foi realizada pela CDU uma reunião com os clubes para apresentarem um documento que devia ter sido trabalhado por todos nós e depois então discutido com os clubes para que também estes pudessem dar o seu contributo.*

*Caberia naturalmente neste caso à autarquia agendar a reunião com os clubes com os quais já se tinha comprometido numa reunião realizada há vários meses e donde saiu até um grupo de trabalho com representantes de todas as modalidades.*

*Este esboço de regulamento tinha já definido como finalidade o seguinte:*

*1- Este regulamento tinha como finalidade apoiar o desporto federado não fazendo distinção entre modalidades coletivas e modalidades individuais (exemplo: futebol e andebol; atletismo e judo). Todos os atletas tinham a mesma participação.*

*2- Apoiar modalidade de desporto adaptado.*

*3- Criar mecanismo de regulação do uso de instalações desportivas municipais, de forma mais equitativa e onde se refletissem também regras claras à atribuição dos apoios ou benefícios públicos.*

*4- Estabelecerem-se regras de avaliações das candidaturas e dos critérios relativos à definição dos apoios financeiros.*

*- Qual é o princípio que está errado?*

*- Onde estão as sugestões das alterações?*

*- Onde estão os contributos?*

*- Nós, executivo permanente tínhamos também algumas ideias para além das já ali plasmadas que gostaríamos de discutir em conjunto, como por exemplo qual a nova modalidade a incluir nos apoios, virada para uma nova estratégia de desenvolvimento desportivo.*

*Mas infelizmente neste documento onde se poderia ver refletido o que de bom tem a política*

*- a lealdade*

*- a ética*

*- a séria discussão política*

*Enferma de tudo isso, e muitas vezes a doença é grave demais para ser tratada de forma salutar.”*

Depois de ler esta informação, a Sr.<sup>a</sup> Vereadora referiu que vai retirar da discussão o regulamento, que ainda não tinha vindo à reunião.

O **Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira** referiu que, na sua opinião, aquilo que foi apresentado era a proposta de regulamento para recolher contributos. Ele próprio não concorda com grande parte do regulamento, daí que a apresentar propostas teria de ser um regulamento diferente, apesar de a Vereadora ter insistido consigo nesse sentido. Não pensem em nos impedir de ouvir quem quer que seja, daí ter procurado inteirar-se junto dos clubes sobre o que é que eles pensavam desta proposta, e as críticas foram muitas. Neste momento a CDU está em condições, depois de ouvidos os agentes desportivos, de transmitir a sua opinião e apresentar propostas. Entende que não faz sentido apresentar uma proposta sem primeiro ouvir os clubes, até porque viria muito mais fortalecida já com as opiniões dos clubes, mas o executivo permanente agiu ao contrário.

O **Sr. Vereador Dr. António Santos** referiu que aqui o que não concorda é com o aspeto quantitativo. A Câmara tem menos receita, mas os cortes devem ser graduais e não radicais.



O **Sr. Presidente** lembrou que foram propostas reuniões de trabalho com os Vereadores, inclusive à noite, daí não ser verdade dizer que não foi proposto.

A **Sr.ª Vereadora Dr.ª Cidália Ferreira** referiu que pensou trabalhar internamente o regulamento, com todos em pé de igualdade, para que em conjunto as estratégias fossem definidas em termos de Câmara, e depois seguidamente ir ouvir os clubes. O documento estava em aberto, para discussão, se bem que a base do mesmo é o apoio ao desporto de formação em detrimento do desporto sénior.

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** referiu que quer corroborar as declarações da Vereadora, bem como a metodologia de trabalho que propôs: apresentar o documento, distribui-lo aos Vereadores, analisá-lo e discuti-lo em reuniões de trabalho, a marcar, e só depois se iriam ouvir os clubes.

Lamenta que esta metodologia, que não foi contestada na altura em que foi apresentada, tenha sido alterada.

O **Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira** informou que neste momento a CDU está em condições de apresentar as suas propostas. A forma como lá chegou é da responsabilidade política da CDU, e o PS não tem que se imiscuir na sua forma de trabalho, tanto mais que o documento que lhes foi distribuído não era secreto. No que se refere às reuniões de trabalho, admite que possa não se ter apercebido desta intenção, mas quer deixar expresso que está disponível para participar em qualquer reunião de trabalho.

O **Sr. Presidente** disse que irá ser tudo feito como nos últimos 17 anos, e que o executivo não irá apresentar qualquer proposta.

O **Sr. Vereador Dr. Fernando Esperança** referiu que esta posição não lhe parece ser a mais correta. Aquilo que sente, e que lhe parece que está em causa, é a sensibilidade de se ter tornado público um documento cuja proposta parece ter partido de pressupostos errados, que deveria ter sido ouvir primeiro os interessados. Admite que do ponto de vista político não tenha caído bem na Vereação, mas não lhe parece que seja caso para retirar o documento da discussão.

A **Sr.ª Vereadora Dr.ª Cidália Ferreira** disse que o executivo iria naturalmente falar com os clubes, tal como já lhes tinha dito. Assume que o seu erro tenha sido um erro de lealdade ao ter admitido que todos os Vereadores iriam contribuir e partilhar responsabilidades na elaboração do regulamento desportivo do concelho.

O **Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira** disse que não se revê nestas questões de lealdade, querendo deixar claro que todos os documentos, a não ser aqueles que

sejam classificados de secretos por motivos de interesse público, serão documentos que podem ser do conhecimento de todos, e assim divulgá-los-á sempre.

Dirigindo-se ao Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira, o **Sr. Vereador Paulo Vicente** referiu que ele jamais poderá acusar o executivo de trazer à reunião documentos fechados. O documento em causa tinha por base uma filosofia desportiva, e só depois se partia para os valores a atribuir. Entende que houve uma quebra de lealdade nos pressupostos da filosofia do documento que foi apresentado.

O **Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira** disse que as discussões se centraram essencialmente no texto do regulamento e não nos valores.

O **Sr. Vereador Dr. António Santos** lamenta que quando a notícia do jornal interessa seja considerada importante, e que quando critica já seja “jornalismo”. Não se podem usar dois pesos e duas medidas.

O **Sr. Presidente** informou que como o documento tem tantas falhas, vai ser retirado e tudo continuará a ser feito como até aqui, dentro dos recursos de que dispomos.

▪ **O Sr. Presidente prestou ainda as seguintes informações:**

- ⇒ Houve alteração no comando da esquadra da PSP da Marinha Grande e o novo Comandante já se veio apresentar e manifestar a sua disponibilidade para cooperar com a Câmara;
- ⇒ Já foi concessionada a Ponte das Tercenas, e 2.ª feira já vão começar a montar os estaleiros.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1 - 9.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2012

**485** - Presente proposta da 9ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2012, acompanhada de mapa justificativo, constituída pelas seguintes alterações:

**7.ª Alteração ao Orçamento da Despesa para 2012**, no valor de 165.210,41 euros nos reforços e de 165.210,41 euros nas anulações;

**6.ª Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos para 2012** no valor de 98.515,00 euros nos reforços e de 98.515,00 euros nas anulações;

**7.ª Alteração ao Plano de Atividades Municipais para 2012** no valor de 25.295,00 euros nos reforços e de 42.025,00 euros nas anulações;

Considerando que de acordo com o ponto 8.3.1. do POCAL aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, “ (...) o orçamento pode ser objecto de revisões e de alterações (...) ”, sendo que: “ (...) As alterações podem incluir reforços de dotações de despesas resultantes da diminuição ou anulação de outras dotações (...) ”, mantendo-se o valor global do orçamento, a Câmara Municipal depois de analisar a proposta apresentada, **delibera aprovar a 9ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2012, nos termos da alínea d), do nº 2, do art. 64º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**2 - REQ. N.º 1309/12 – PC N.º 438/11 – FAMOPLA – FÁBRICA PORTUGUESA DE MOLDES PLÁSTICOS, LDA.**

**486** - Presente Pedido de Licenciamento referente à obra de “*Alteração e Ampliação de Unidade Industrial*” existente, localizada na Rua da Estação, Lugar de Benta, Freguesia de Marinha Grande, dispondo de Projeto de Arquitetura aprovado por Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 10/05/2012.

Presentes Projetos das Especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03.

Presentes pareceres técnicos dos serviços que atestam estarem os Projetos das Especialidades apresentados, aptos a merecerem aprovação.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

- 1. A emissão da Licença de Construção ficará condicionada à apresentação do Projeto de Eletricidade, devidamente aprovado por entidade competente.**
- 2. A instalação da bateria de recetáculos postais domiciliários seja efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.**

3. Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do art. 80.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.
3. Nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do art. 24.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande e para efeitos do disposto no n.º 5 do art. 44.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, consideram-se de impacte urbanístico relevante “*c) Armazéns e ou indústrias localizadas fora das zonas industriais com planos de pormenor eficazes, com áreas totais de construção superiores a 1000m2.*”, ficando o proprietário sujeito às cedências e compensações previstas para as operações de loteamento.
4. Nos termos do n.º 5 do art. 57.º, conjugado com os artigos 43.º e 44.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, não havendo lugar a quaisquer cedências destinadas à implantação de espaços verdes públicos e equipamentos de utilização coletiva, o proprietário ficará obrigado ao pagamento de uma compensação ao município, nos termos do art. 126.º Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização em vigor, calculada conforme o disposto no art. 127.º do mesmo diploma legal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**3 - REQ. N.º 1343/07 – PC N.º 34/06 – MOLDE MATOS, S.A.**

**487** - Presente pedido de licenciamento relativo à “Legalização de Instalações Industriais”, existentes, localizadas no Lugar de Almoinha Velha, Freguesia da Moita.  
Presente parecer emitido pela Autoridade Florestal Nacional do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, inviabilizando o acesso à propriedade através do aceiro exterior da Mata.

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
16/08/2012.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 18

Presentes pareceres técnicos dos serviços, referindo a não existência de arruamento com as características mínimas, para servir as instalações em causa, definidas na Portaria n.º 1136/2001, de 25/09, inviabilizando assim o licenciamento da pretensão.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou indeferir, nos termos do disposto no n.º 5 do art. 24.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03, por “...ausência de arruamentos ou de infraestruturas...” e por “...a obra projetada constituir, comprovadamente, uma sobrecarga incompatível para as infraestruturas existentes.”

Mais deliberou informar que foi ultrapassado o prazo concedido, ao abrigo dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, sem que o requerente tenha apresentado qualquer tipo de alegações às questões que motivaram o indeferimento.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

#### **4 - REQ. N.º 1000/12 – PC N.º 68/12 – MATOSPLÁS – INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS, S.A.**

**488** - Presente Pedido de Licenciamento referente à “*Legalização de Unidade Industrial Tipo 2*”, existente, sito na Estrada da Nazaré, Freguesia da Moita, Concelho de Marinha Grande, dispondo dos seguintes antecedentes:

Processo Camarário n.º 1231/1977, em nome de Molde Matos, Lda. relativo ao Pedido de Licenciamento da obra de “Construção de Fábrica de Moldes”, à qual foi atribuído Alvará de Licença de Obras n.º 1743/1977, de 12/12.

Processo Camarário n.º 1616/1986, em nome de Molde Matos, Lda. relativo ao Pedido de Licenciamento da obra de “*Legalização da Ampliação de Pavilhão para Indústria de Moldes*”, à qual foi atribuído Alvará de Licença de Obras n.º 910/1988, de 13/05.

Processo Camarário n.º 1470/1991, em nome de Molde Matos, Lda. relativo ao Pedido de Licenciamento da obra de “*Ampliação de Instalações Fabris*”, sem indicação de emissão do respetivo alvará.

Processo Camarário n.º 1431/1999, em nome de Molde Matos, Lda. relativo ao Pedido de Licenciamento da obra de “*Legalização da Construção de Armazém de Matéria Prima*”, sem indicação de emissão do respetivo alvará.

Presente cópia da “Aprovação do projeto e autorização de alteração de um estabelecimento industrial do Tipo 2”, emitida pela Direção regional de Economia do Centro do Ministério da Economia e do Emprego, em conformidade com o disposto na alínea b) do n.º 1 do art. 18.º do Decreto-Lei n.º 209/2008, de 29/10.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 16/08/2012.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 18

Presentes pareceres técnicos dos serviços que atestam estar o Projeto de Arquitetura apresentado, em condições de merecer aprovação.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. **Apresentação, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, os Projetos das Especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03.**
2. **Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.**

Mais deliberou informar o requerente que, nos termos do n.º 6 do art. 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da Autorização de Utilização depende da realização prévia de vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

#### **5 - REQ. N.º 689/12 – PC N.º 1011/02 – JOAQUIM NETO MATIAS**

**489** - Presente Pedido de Licenciamento referente à “Alteração de Loteamento Urbano” sito no Lugar de Escoura, Freguesia de Marinha Grande, à qual foi atribuído o anterior Alvará de Loteamento n.º 14/80, titulado por Joaquim Neto matias, dispondo de Projeto de Arquitetura aprovado por Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 05/08/2004.

Presentes Projetos das Obras de Urbanização referentes à alteração pretendida, dispondo de pareceres técnicos dos serviços, que atestam estarem preenchidos os requisitos legais necessários à sujeição do processo a deliberação final.

Após análise da pretensão, tendo em consideração os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou:

Deferir os projetos e respetivos orçamentos das Obras de Urbanização referentes à Operação de Loteamento descrita, com os seguintes condicionalismos:

1. **Prestar caução destinada a garantir a boa e regular execução das Obras de Urbanização, nos termos do art. 54.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03, no valor de 44.497,00€ (quarenta e quatro mil quatrocentos e noventa e sete euros), referente às seguintes componentes:**

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 16/08/2012.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 18

PROJETOS DE ESPECIALIDADES	ESTIMATIVA ORÇAMENTAL
Infraestruturas viárias:	16.344,89€
<b>Sinalização Horizontal:</b>	<b>82,41€</b>
Rede de Abastecimento de Águas:	5.145,10€
<b>Rede de Drenagem de Águas Pluviais:</b>	<b>8.054,00€</b>
Rede Energia Elétrica:	8.521,21€
<b>Rede de Telecomunicações:</b>	<b>3.892,34€</b>
Rede de Gás:	2.457,05€
<b>VALOR TOTAL APURADO PARA FINS DE CAUÇÃO A PRESTAR</b>	<b>44.497,00€</b>

2. As construções a erigir nos respetivos lotes terão de assegurar o cumprimento do R.G.E.U. (Regulamento Geral das Edificações Urbanas), R.M.E.U.M.M.G. (Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande) e demais legislação aplicável.
3. Integrará o domínio público a parcela de terreno com a área de 64,00m<sup>2</sup> destinada à correção do traçado da Travessa do Lavadouro e passeio.
4. Nos termos do n.º 4 do art. 44.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03, como compensação pela não cedência da área de 126m<sup>2</sup> de terreno destinada a espaços verdes e de utilização coletiva, o requerente deverá efetuar o correspondente pagamento em numerário, calculado nos termos do art. 127.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

Deliberou ainda, nos termos do art. 53.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03, estabelecer um prazo de execução de dois meses para a realização das Obras de Urbanização. Mais informa que o início das Obras de Urbanização deverá ser comunicado aos Serviços Técnicos competentes.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

#### **6 - REQ. N.º 1159/12 – PC N.º 33/10 – ANTÓNIO PEREIRA SILVA**

490 - Presente Processo de Licenciamento referente à obra de “*Legalização da Ampliação e Alteração de uma Edificação*” existente, localizada em prédio urbano sito na Rua da Foz, Lugar de Praia da Vieira, Freguesia de Vieira de Leiria, à qual foi atribuído Alvará de Licença de Legalização n.º 23/11, de 24/03 com termo em 23/06/2011.

Presente Pedido de Licenciamento referente a obra de “*Legalização de Alterações*” levadas a efeito na referida edificação, dispondo de pareceres técnicos dos serviços que atestam estarem os Projetos de Arquitetura e das Especialidades apresentados, aptos a merecerem aprovação.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 16/08/2012.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 18

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com o condicionalismo da execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. Nos termos do n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do n.º 6 do art. 57.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respetiva Autorização de Utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.
3. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 94.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, as obras de construção civil nas praias do Concelho são interditas no período compreendido entre 1 de Julho e 31 de Agosto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

#### **7 - REQ. N.º 1137/12 – PC N.º 191/12 – RIBERMOLD, LDA.**

**491** - Presente Pedido de Informação Prévia relativo à viabilidade de “*Ampliação de Instalação Industrial*” existente, localizada num prédio sito na Rua da Marinha Pequena, Cova das Raposas, Freguesia de Marinha Grande, em zona definida pelo Plano Diretor Municipal, como fazendo parte da “*Área Industrial da Marinha Pequena*”.

Presentes pareceres técnicos dos serviços da Divisão de Ordenamento, Planeamento e Projetos e Divisão de Urbanismo e Licenciamento, a enquadrar devidamente a pretensão.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos constantes do processo, a Câmara deliberou informar ser viável a ampliação da Unidade Industrial existente, sendo que, em eventual pedido de licenciamento, nos termos agora propostos, o projeto de arquitetura ficará condicionado ao cumprimento dos parâmetros urbanísticos definidos no regulamento do Plano Diretor Municipal, bem como às demais normas legais e regulamentares que lhe são aplicáveis.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.



**8 - REQ. N.º 1100/12 – PC N.º 147/10 – MOLDES RP – INDÚSTRIA DE MOLDES,  
SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA.**

**492** - Presente Processo de Licenciamento em nome de MOLDES RP - INDÚSTRIA DE MOLDES, SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA, relativo à obra de “Alteração e Ampliação de Unidade Industrial” existente, localizada na Rua José Alves (antes Rua Nova do Moinho de Cima), Lugar de Cumeiras/Embra, Freguesia de Marinha Grande, à qual foi atribuído Alvará de Obras de Alteração n.º 33/11, de 19/04, com termo em 18/04/2012, com 1.ª prorrogação válida até 18/06/2012 e 2.ª prorrogação por mais 60 dias, deferida por Despacho de 25/07/2012.

Presentes Projetos de Alterações aos Projetos de Arquitetura e das Especialidades anteriormente aprovados, dispondo de pareceres técnicos dos serviços que atestam encontrarem-se aptos a merecerem aprovação.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com o condicionalismo da execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**9 - REQ. N.º 611/12 – PC N.º 105/12 – AFR – MOLDES – FABRICAÇÃO DE MOLDES  
PARA PLÁSTICOS, LDA.**

**493** - Presente Pedido de Licenciamento referente à obra de “*Alteração de um Edifício Industrial*” existente, tendo em vista a sua constituição no regime de Propriedade Horizontal, com a finalidade de criar três espaços autónomos, dois destinados ao uso industrial do “Tipo 2” e outro destinado a serviços, dispondo dos seguintes antecedentes camarários:

Processo Camarário n.º 1320/1998, em nome de INAMOL – INDÚSTRIA NACIONAL DE MOLDES, LDA., referente ao licenciamento da obra de “*Alterações à sua Unidade Industrial*”, levada a efeito ao abrigo do Alvará de Licença de Construção n.º 90/1999, de 03/02, à qual foi atribuído o respetivo Alvará de Licença de Utilização n.º 52/1999, de 03/03.

Processo Camarário n.º 92/2000, em nome de INAMOL – INDÚSTRIA NACIONAL DE MOLDES, LDA., referente ao licenciamento da obra de “*Ampliação de Unidade Industrial*”, levada a efeito ao abrigo do Alvará de Licença de Construção n.º 430/2002, de 12/06, e Alvará de Alterações n.º 162/2008, de 23/06, à qual foi atribuído o respetivo Alvará de Licença de Utilização n.º 117/2008, de 03/11.

Presentes pareceres técnicos dos serviços que atestam estar o Projeto de Arquitetura, apto a merecer aprovação.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. **Apresentação, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, dos projetos complementares aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03.**
2. **Apresentação, em igual período, de decisão favorável ou favorável condicionada sobre o pedido de autorização ou declaração prévia de atividade industrial, que deverá ser apresentada pela entidade exploradora junto da entidade coordenadora do licenciamento industrial – Direção Regional da Economia do Centro do Ministério da Economia e do Emprego, nos termos da alínea b) do n.º 2 do art. 18.º do Decreto-Lei n.º 209/2008, de 29/10.**
3. **Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**10 - REQ. N.º 1187/12 – PC N.º 125/11 – JOSÉ MANUEL COUCEIRO BAROSA  
CORREIA FRADE**

**494 -** Presente Pedido de Licenciamento referente à obra de “*Construção de Garagem e Anexo*” a levar a efeito no Lote 38 do Loteamento urbano sito em Gaeiras, Freguesia de Marinha Grande, titulado pelo Alvará de Loteamento Urbano n.º 05/2001, dispondo de Projeto de Arquitetura aprovado por Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 20/06/2012.

Presente Projetos das Especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03.

Presentes informações técnicas dos serviços que atestam estarem os Projetos das Especialidades apresentados, aptos a merecerem aprovação.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com o condicionalismo da execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. **Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no**

prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2. Nos termos do art. 80.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

#### 11 - REQ. N.º 1244/12 – PC N.º 38/12 – JOSÉ MANUEL DUARTE GRÁCIO

**495** - Presente Pedido de Licenciamento referente à obra de “*Alteração e Ampliação de uma Moradia e Muros de Vedação*” existente, localizada num prédio sito na Rua dos Pinheiros, Lugar de São Pedro de Moel, Freguesia de Marinha Grande, dispondo de Projeto de Arquitetura aprovado por Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 24/05/2012.

Presentes Projetos das Especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03.

Presentes pareceres técnicos dos serviços que atestam estarem os Projetos das Especialidades apresentados, aptos a merecerem aprovação.

Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com o condicionalismo da execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do art. 80.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.

3. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 94.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, as obras de construção civil nas praias do Concelho da Marinha Grande são interditas no período compreendido entre 1 de Julho e 31 de Agosto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**12 - REQ. N.º 1142/12 – PC N.º 115/12 – ANA ISABEL LAMBELHO COSTA**

**496** - Presente Pedido de Licenciamento referente à obra de “*Construção de um Anexo*” de apoio à habitação unifamiliar existente, a levar a efeito num prédio urbano localizado na Rua dos Vidreiros, Lugar de Vieira de Leiria, Freguesia de Vieira de Leiria.

Presentes pareceres técnicos dos serviços que atestam estar o Projeto de Arquitetura apresentado, apto a merecer aprovação.

Presentes Projetos das Especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03.

Presentes pareceres técnicos dos serviços que atestam estarem os Projetos das Especialidades apresentados, aptos a merecerem aprovação.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com o condicionalismo da execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do art. 80.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

13 - REQ. N.º 1003/12 – PC N.º 147/12 – MARIA CONCEIÇÃO SILVA DOMINGUES  
JORGE

**497** - Presente Pedido de Licenciamento referente à obra de “*Construção de Armazém de Alfaías Agrícolas*”, a levar a efeito num prédio rústico sito em Lameira, Lugar de Amieirinha, Freguesia de Marinha Grande.

Presentes pareceres técnicos dos serviços que atestam estar o Projeto de Arquitetura apresentado, apto a merecer aprovação.

Presentes Projetos das Especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03.

Presentes pareceres técnicos dos serviços que atestam estarem os Projetos das Especialidades apresentados, aptos a merecerem aprovação.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. **Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.**
2. **Aquando do início da construção, após abertura das fundações, deverá o requerente solicitar a deslocação dos Serviços de fiscalização à obra, para verificação da sua implantação, sendo o registo dessa deslocação no respetivo livro de obra, imprescindível para a isenção de vistoria na futura concessão da respetiva licença de utilização (autorização de utilização).**

**Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:**

1. **Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**
2. **Nos termos do art. 80.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**14 - REQ. N.º 1254/12 — PC N.º 124/10 — MARIA ADELAIDE FERREIRA MIQUELIS  
SANTOS SAMPAIO**

**498** - Presente Pedido de Licenciamento referente à obra de “*Legalização da Alteração e Ampliação de um Edifício*” existente, bem como a submissão do mesmo ao regime de Propriedade Horizontal, tendo em vista a constituição de três frações autónomas (Fração A destinada a Habitação, Fração B destinada a Serviços e Fração C destinada a Estabelecimento de Bebidas), localizado na Rua do Brasil, Lugar de Ordem, Freguesia de Marinha Grande, dispondo de Projeto de Arquitetura aprovado por Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 05/01/2012.

Presentes Projetos das Especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03.

Presentes pareceres técnicos dos serviços que atestam estarem os Projetos das Especialidades apresentados, aptos a merecerem aprovação.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

- 1. Apresentação de Plano de Acessibilidades elaborado nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 163/2006, de 08/08, conforme comunicado anteriormente pelo Ofício n.º 02/12, de 06/01.**
- 2. Cumprimento dos condicionalismos expressos no parecer Favorável Condicionado emitido pela Autoridade de Saúde (ACES – Pinhal Litoral II da Administração Regional de Saúde do Centro, I.P.).**

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspectos:

- 1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**
- 2. Nos termos do art. 80.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.**
- 3. A “afixação e inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial, industrial, artesanal ou liberal, independentemente do suporte utilizado para a sua divulgação, quando visíveis ou perceptíveis do espaço público”, ficam sujeitas a licenciamento, no âmbito do regime previsto no Regulamento de**

**Publicidade e Ocupação do Espaço Público com Equipamento Mobiliário Urbano do Município da Marinha Grande.**

- 4. Nos termos do n.º 6 do art. 57.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respetiva Autorização de Utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.**
- 5. Nos termos do disposto no art. 10.º do Decreto-Lei n.º 234/2007, de 19/06, após emissão da Autorização de Utilização, deverá remeter à Câmara Municipal, com cópia à Direção Geral das Atividades Económicas do Ministério da Economia e do Emprego, Declaração Prévia prevista no n.º 1 do art. 11.º do mesmo diploma legal, elaborada e instruída de acordo com o modelo publicado em anexo à Portaria n.º 573/2007, de 17/07.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**15 - REQ. N.º 1238/12 – PC N.º 253/10 – ILÍDIO PEREIRA COSTA CANAS**

**499 -** Presente Processo de Licenciamento referente à obra de “Legalização da Alteração e Ampliação de Habitação Unifamiliar e Anexos” existente, localizada na Rua Fonte dos Ingleses, Lugar de Engenho, Freguesia de Marinha Grande, à qual foi atribuído Alvará de Licença de Legalização n.º 59/12, de 19/06.

Presente Projeto de Alterações ao Projeto de Arquitetura anteriormente aprovado, tendo em vista a “Legalização de Alterações” entretanto realizadas, dispondo de parecer técnico dos serviços, referindo a conformidade da pretensão com normas legais e regulamentares aplicáveis e propondo a sua aprovação.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com o condicionalismo da execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

- 1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito, os elementos instrutórios necessários.**
- 2. Nos termos do n.º 6 do art. 57.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respetiva Autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**16 - REQ. N.º 2061/11 – PC N.º 385/11 – VITOR MANUEL SANTOS MARQUES**

**500** - Presente Pedido de Licenciamento referente à “*Legalização da Alteração de uma Moradia Unifamiliar*”, localizada no Lugar de Amieirinha, Freguesia de Marinha Grande, dispondo do seguinte antecedente:

Processo Camarário n.º 590/2002, em nome de Vitor Manuel Santos Marques, referente ao licenciamento da obra de “*Construção de uma Moradia*”, levada a efeito ao abrigo do Alvará de Obras de Construção n.º 23/2005, de 14/01, com 1.ª prorrogação deferida por despacho datado de 09/02/2007 e 2.ª prorrogação deferida por despacho datado de 31/01/2008.

Presente parecer técnico dos serviços que atesta estar o Projeto de Alterações apresentado, apto a merecer aprovação.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

- 1. Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.**
- 2. Apresentação das Plantas Topográficas instrutórias, por forma a completar devidamente o processo.**

**Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:**

- 1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito, os elementos instrutórios necessários.**
- 2. Nos termos do n.º 6 do art. 57.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respetiva Autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**17 - REQ. N.º 682/12 – PC N.º 88/11 – EDUARDO GABRIEL DUARTE ANTÓNIO**



**501** - Presente Pedido de Licenciamento referente à “*Legalização de Moradia Unifamiliar e Muros de Vedação*” existente, localizada na num prédio urbano sito no Lugar de Amieira, Freguesia de Marinha Grande.

Presentes pareceres técnicos dos serviços que atestam estar o Projeto de Arquitetura, apto a merecer aprovação.

**Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:**

- 1. Apresentação, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, dos projetos complementares aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03.**
- 2. A instalação do recetáculo postal domiciliário seja efetuado de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 08/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.**
- 3. Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.**

**Mais deliberou informar o requerente que, nos termos do n.º 6 do art. 57.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respetiva Autorização de Utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**18 - REQ. N.º 1334/12 – PC N.º 172/12 – JOANA RITA ANDRÉ CUSTÓDIO**

**502** - Presente Pedido de Licenciamento referente à obra de “*Construção de uma Moradia Unifamiliar*”, a levar a efeito num prédio rústico sito no Lugar de Figueira do Gomes, Freguesia de Moita.

Presentes pareceres técnicos dos serviços que atestam estar o Projeto de Arquitetura, apto a merecer aprovação.

Presentes Projetos das Especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03.

Presentes pareceres técnicos dos serviços que atestam estarem os Projetos das Especialidades apresentados, aptos a merecerem aprovação.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. A instalação do recetáculo postal domiciliário seja efetuado de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 08/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.
2. Aquando do início da construção, após abertura das fundações, deverá o requerente solicitar a deslocação dos Serviços de fiscalização à obra, para verificação da sua implantação, sendo o registo dessa deslocação no respetivo livro de obra, imprescindível para a isenção de vistoria na futura concessão da respetiva licença de utilização (autorização de utilização).
3. Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do art. 80.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**19 - REQ. N.º 898/12 – PC N.º 1302/97 – IMATLÂNTICO – EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E TURÍSTICOS, LDA.**

**503** - Presente requerimento de IMATLANTICO – Empreendimentos Imobiliários e Turísticos, Lda., titular do Processo Camarário n.º 1302/1997, referente ao licenciamento da obra de “Construção de Moradias em Banda”, no prédio sito no Lugar de Água de Madeiros, Freguesia de Marinha Grande, a solicitar a Receção Definitiva das obras de urbanização realizadas no âmbito das condicionantes impostas ao referido licenciamento. Presente igualmente o Auto da Comissão de Vistorias, propondo a Receção Definitiva das referidas Obras de Urbanização.

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
16/08/2012.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 18

Após análise da pretensão e do respetivo Auto de Receção Definitiva, a Câmara deliberou aceitar a Receção Definitiva das obras de urbanização supra referidas, conforme auto anexo e mandar libertar a totalidade do montante das cauções prestadas através da Garantia Bancária n.º 125-02-0796140, do Banco Comercial Português, S.A. (Millennium BCP), datada de 24/05/2005, no montante de €951,40 (novecentos e cinquenta e um euros e quarenta cêntimos), referente a “*Trabalhos a Executar no âmbito do Processo n.º 1302/97 – Projectos de Especialidades e Requalificação de Arruamentos*” e da Garantia Bancária n.º N/NR.035/09/00402, do Banco Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A., datada de 30/04/2009, no valor de €411,60 (quatrocentos e onze euros e sessenta cêntimos), destinada a “Garantir a Boa Execução das Obras de Urbanização na Construção de Moradias em Banda, sito em Água de Medeiros – Marinha Grande – Processo n.º 1302/97”.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**20 - REQ. N.º 1109/12 – PC N.º 187/12 – APPACDM – ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL**

**504** - Presente Pedido de Licenciamento referente à obra de “*Construção de um Muro de Vedação*”, a levar a efeito num prédio urbano sito no Lugar de Várzea, Freguesia de Marinha Grande.

Presente Processo de Camarário n.º 346/2006, em nome de APPACDM – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental, referente ao licenciamento da obra de “*Construção de um Lar*”, destinado ao alojamento de pessoas com deficiências mentais, à qual foi atribuído o Alvará de Obras de Construção n.º 6/12, de 24/01, com termo em 23/05/2013, a levar a efeito num prédio urbano inscrito a favor da Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental da Marinha Grande, atribuído pela Câmara Municipal em direito de superfície, dispondo de Parecer Favorável emitido em 2 de Abril de 2009, pela Comissão Regional da Reserva Agrícola do Centro, relativo à utilização de solo incluído na Reserva Agrícola Nacional, destinado à Construção de Lar Residencial, após prévio reconhecimento de interesse público, aprovado em Reunião de Câmara realizada em 15 de Janeiro de 2008 e declarado pela Assembleia Municipal da Marinha Grande, em 6 de Março de 2009.

Presente

Presentes pareceres técnicos dos serviços que atestam estar o projeto apresentado, apto a merecer aprovação.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com o condicionalismo da execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.

**Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:**

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do art. 80.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**21 - REQ. N.º 1176/12 – PC N.º 199/12 – ZON TV CABO PORTUGAL, S.A.**

**505** - Presente Pedido de Ocupação da Via Pública, apresentada por ZON TV CABO PORTUGAL, SA, para execução de trabalhos de instalação da rede nos apoios de betão existente e concessionados à EDP Distribuição – Energia, S.A., a levar a efeito na Rua da Serraria, Freguesia de Vieira de Leiria, dispondo de parecer técnico da Divisão de Obras e Equipamentos Municipais a enquadrar devidamente a pretensão.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir o pedido de Ocupação da Via Pública para execução de trabalhos de instalação da rede nos apoios de betão existente e concessionados à EDP Distribuição – Energia, S.A., a levar a efeito na Rua da Serraria, Freguesia de Vieira de Leiria, por um período de 1 mês, devendo salvaguardar todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande e demais legislação aplicável.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**22 - RECLAMAÇÕES DE MORADORES DE PERIGO DE SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS – LOTEAMENTO SITO NO LOCAL DA ANTIGA CRISAL – EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS CONCEIÇÃO GOMES E FERREIRA, LDª. – ABANDONO DAS OBRAS E INSOLVÊNCIA – VISTORIA URGENTE – DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA – RATIFICAÇÃO.**

506 - Presente despacho n.º 150/AP/GP/2012, do Presidente da Câmara, datado de 08-08-2012, com o seguinte teor:

*“ÁLVARO MANUEL MARQUES PEREIRA, Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande, no uso da competência que me é conferida pelo n.º 3 do art.º 68.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, tendo presente o processo de loteamento titulado pelo alvará n.º 94/02, emitido em 25-06-2002, à sociedade Empreendimentos Imobiliários Conceição Gomes e Ferreira, Lda., bem como as diversas reclamações de moradores dos prédios já construídos, motivadas pelo elevado estado de abandono e degradação da área do loteamento, cujas obras se encontram abandonadas há vários anos, colocando em sério risco a segurança de todos que ali vivem e de quantos por ali circulam, nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 89.º, n.º 2 e 90.º, n.º 1, ambos do RJUE-Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, **determino a realização, com carácter de urgência,** de uma vistoria a toda a área do loteamento, tendo em vista determinar os riscos para a segurança de pessoas e bens, identificar as adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devem ser implementadas.*

*A vistoria **será realizada no próximo dia 21 de Agosto, pelas 10,30 horas,** pelo Arqt.º Ricardo Santos, técnico da DUL-Divisão de Urbanismo e Licenciamento e pelas técnicas da DASUP-Divisão de Ambiente, Serviços Urbanos e Proteção Civil, Arqt.ª Isabel Alves e Dr.ª Eunice Marques.*

*Em cumprimento do disposto no n.º 2 do citado artigo 90.º, deve notificar-se o presente despacho ao Administrador da Insolvência da sociedade loteadora, Dr. Ademar Margarido de Sampaio R. Leite, Endereço: Av. Alberto Sampaio N.º 106 — 2.º Drt.º, 3510-027 Viseu, telem.: 917526531, com a antecedência mínima de 7 dias relativamente à data da realização da vistoria.”*

**A Câmara Municipal apreciou e concordando com a urgência da realização da vistoria ao local do loteamento com alvará n.º 94/12, de modo a fazer cessar todos os perigos ali existentes para a segurança de pessoas e bens delibera, nos termos do disposto no art.º 68.º, n.º 3, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, ratificar o supra transcrito**

**despacho do Presidente da Câmara, emitido no uso de competências próprias deste órgão executivo previstas nos artigos 89.º, n.ºs. 2 e 3 e 90.º, n.º 1, do RJUE-Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

### **23 - ANULAÇÃO DE GUIA DE RECEITA**

**507** - O Gabinete de Atendimento ao Munícipe procedeu à emissão indevida da guia de receita a seguir identificada:

- Guia nº 10334/2 de 10/07/2011, no valor de 128,72€ (cento e vinte oito euros e setenta e dois cêntimos) em nome de Maria Aida Gomes Moleirinho, relativa à trasladação de Joaquim Domingues Moleirinho. Esta anulação deve-se ao facto da trasladação não ter sido consumada, conforme informação da Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos e Proteção Civil.

**A Câmara Municipal da Marinha Grande delibera anular a guia de receita acima referenciada por ter sido emitida indevidamente.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

### **24 - DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DE LICENÇA - LOJA 4 DO MERCADO DA PRAIA DA VEIRA - VIRGOLINO MENDES, LDA**

**508** - Presente informação do Gabinete de Atendimento ao Público a informar que a loja nº4, sita no mercado municipal da Praia da Vieira, propriedade deste Município, se encontra encerrada desde o verão de 2011, sem que a concessionária Virgolino Mendes, Lda, tenha apresentado qualquer justificação para o efeito.

**A Câmara tomou conhecimento deste facto e considerando que:**

- As lojas do mercado da Praia da Vieira, propriedade do Município, não devem estar encerradas, pois destinam-se a servir a população que frequenta aquele mercado, através da venda de produtos;
- O Regulamento dos Mercados Municipais, prevê na alínea e) do nº1 do seu artigo 35º a caducidade da licença sempre que o espaço comercial não esteja ocupado por um período superior a 15 dias, sem causa justificativa;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 16/08/2012.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 18

Delibera, enquanto órgão responsável pela gestão de instalações e equipamentos integrados no património municipal (alínea f) do nº 2 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro com a redação da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro) declarar, ao abrigo da alínea e) do nº 1 do artigo 35º Regulamento dos Mercados Municipais da Marinha Grande, a caducidade da licença emitida a favor da sociedade Virgolino Mendes, Lda, com sede na Rua da Aldeia, nº 186, Souto da Carpalhosa, Leiria, concessionária da loja nº 4 do mercado municipal da Praia da Vieira, uma vez que se encontra fechada há cerca de um ano, sem que tenha sido apresentada qualquer causa justificativa para o efeito.

A Câmara Municipal delibera ainda anular as guias de receita, que se passam a identificar, emitidas em nome da referida sociedade, desde o mês de janeiro de 2012 até ao presente mês de agosto, uma vez que a loja não está a ser utilizada pela concessionária:

- Guia de receita nº 612/2/2012;
- Guia de receita nº 2593/2/2012;
- Guia de receita nº 2601/2/2012;
- Guia de receita nº 5228/2/2012;
- Guia de receita nº 5704/2/2012;
- Guia de receita nº 7905/2/2012;
- Guia de receita nº 8469/2/2012;
- Guia de receita nº 10439/2/2012, cada uma no valor de 8,48 euros.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

## **25 - HASTA PÚBLICA PARA ALIENAÇÃO DO LOTE N.º 47 DA ZONA INDUSTRIAL DA MARINHA GRANDE**

**509** - Considerando que o Lote 47, da Zona Industrial da Marinha Grande, se encontra inscrito a favor deste Município, na sequência da resolução do anterior contrato de compra e venda, conforme resulta da nota informativa da descrição na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 9468/19950727 e da caderneta predial urbana correspondente ao artigo 11855, que se anexa.

Considerando que as opções do plano, aprovadas pela Assembleia Municipal, contêm previsão expressa relativa à alienação do presente lote da Zona Industrial, de acordo com informação da Divisão de Gestão Financeira, que se anexa.

Considerando que, nas referidas opções do plano, após a revisão aprovada pela Assembleia Municipal, em 13 de julho de 2012, foi determinada uma base mínima de 250.000,00 euros.

Considerando que a promoção do desenvolvimento económico do concelho e a criação de emprego constituem uma prioridade municipal inequívoca.

Considerando que é obrigatório promover a alienação de bens imóveis através de hasta pública, de acordo com o artigo 64.º, n.º 1, alínea g), da Lei nº 169/99 de 18/09, na redação da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Considerando que compete à Câmara Municipal promover essa alienação “desde que a alienação decorra da execução das opções do plano e a respetiva deliberação seja aprovada por maioria de dois terços dos membros em efetividade de funções”.

**Assim, a Câmara Municipal delibera alienar, em hasta pública, o Lote nº 47, da Zona Industrial da Marinha Grande, descrito sob o n.º 9468/19950727 na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande e inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 11855, nos seguintes termos:**

1. A hasta pública deve ser publicitada, com a antecedência mínima de quinze dias contínuos, em dois jornais diários de circulação a nível nacional, num jornal local, no sítio de internet do Município e através de afixação de editais nos lugares de estilo.
2. O valor base de licitação é de 250.000,00 € (duzentos e cinquenta mil).
3. As propostas devem ser apresentadas em sobrescrito fechado, identificando-se no exterior do mesmo o nome e o lote a alienar, que, por sua vez, é encerrado num segundo sobrescrito dirigido ao presidente da Comissão, devem ser endereçados ao Município da Marinha Grande, Praça Guilherme Stephens, 2430-522 Marinha Grande.
4. As propostas podem ser entregues pessoalmente ou enviadas por correio, sob registo, devendo ser elaborada lista das propostas apresentadas ordenada de acordo com a respetiva apresentação.
5. As propostas a apresentar devem indicar um valor para arrematação do imóvel superior à base de licitação.
6. A apresentação das propostas referidas no n.º anterior deve ocorrer até às 17:00 horas do dia útil imediatamente anterior à data da realização da hasta pública.
7. A praça realiza-se pelas 10:00 horas, no Salão Nobre do Município da Marinha Grande, sito na Praça Guilherme Stephens, no dia útil seguinte ao termo do prazo para apresentação de propostas em sobrescrito fechado.
8. A praça inicia-se com a abertura das propostas recebidas, se existirem, havendo lugar a licitação, a partir do valor da proposta mais elevada, ou, se não existir qualquer proposta, a partir do valor base de licitação.
9. Podem intervir na praça os interessados ou seus representantes, devidamente identificados, e, no caso de pessoas coletivas, habilitados com poderes bastantes



para arrematar, independentemente da apresentação de proposta em sobrescrito fechado.

10. O valor do lance mínimo é fixado em 1.000,00 euros.

11. A licitação termina quando o presidente da comissão tiver anunciado por três vezes o lance mais elevado e este não for coberto.

12. Se não tiver havido apresentação de propostas válidas, nem licitação, o imóvel pode ser adjudicado provisoriamente a quem, no ato da praça, fizer a melhor oferta de preço não inferior à base de licitação anunciada.

13. Terminados os procedimentos enumerados, o lote é adjudicado provisoriamente pela comissão, a quem tiver oferecido o preço mais elevado, que deverá de imediato proceder ao pagamento de 10% do valor de adjudicação a título de sinal e declarar se a aquisição do imóvel é para pessoa a designar no prazo de dez dias úteis.

14. No final da praça, será elaborado o respetivo auto de arrematação que deve ser assinado pelos membros da comissão e pelo adjudicatário provisório.

15. O adjudicatário provisório deve apresentar os documentos comprovativos de que se encontra em situação regularizada perante o Estado em sede de contribuições e impostos, bem como relativamente à sua situação contributiva para com a segurança social, no prazo de dez dias úteis a contar da data da adjudicação provisória. A não apresentação dos documentos, por motivo imputável ao adjudicatário provisório, implica a não adjudicação definitiva.

16. A decisão de adjudicação definitiva ou de não adjudicação compete à Câmara Municipal, devendo dela ser notificado o adjudicatário, por carta registada com aviso de receção, no prazo de 30 dias úteis a contar da adjudicação provisória.

17. Pode não haver lugar à adjudicação provisória ou definitiva quando haja fundado indícios de conluio entre os proponentes ou qualquer outra causa justificativa.

18. O pagamento da parte restante do preço (80%), deve ser efetuado na data da outorga da escritura pública de compra e venda, a realizar no prazo de sessenta dias úteis a contar da data da adjudicação definitiva, salvo motivo de força maior. Esgotado este prazo, a arrematação ficará sem efeito perdendo o adjudicatário o valor do sinal pago.

19. Todas as despesas decorrentes da alienação são de conta do adjudicatário.

20. O não cumprimento pelo adjudicatário dos procedimentos ou obrigações antes enunciadas implica a perda de quaisquer direitos eventualmente adquiridos sobre o imóvel, bem como das importâncias já entregues.

21. A prestação de falsas declarações ou a falsificação de documentos apresentados implica a exclusão da hasta pública, bem como a anulação da adjudicação, no caso de o imóvel lhe ter sido adjudicado, perdendo as quantias já entregues, sem prejuízo de participação à entidade competente para efeitos de procedimento penal.

22. Verificando-se a situação prevista nos n.ºs 20 ou 21, ou quando por outra causa não haja lugar à competente adjudicação definitiva, o imóvel pode ser

**adjudicado ao interessado que apresentou a proposta ou o lance de que resultou o valor de arrematação imediatamente inferior, desde que superior à base de licitação.**

**A alienação fica sujeita às seguintes condições:**

**1ª O terreno destina-se à construção de instalações industriais do comprador, de acordo com o previsto no Plano de Pormenor da Zona Industrial da Marinha Grande.**

**2ª O comprador compromete-se a apresentar o projeto das obras a realizar, em conformidade com as normas legais e regulamentares em vigor, no prazo de nove meses a contar da data de celebração da escritura pública de compra e venda.**

**3ª O comprador deve assegurar o exercício da atividade licenciada para o lote, salvo qualquer circunstância excecional aceite por deliberação da Câmara Municipal.**

**4ª A alienação do lote e das benfeitorias nele existentes depende de autorização expressa da Câmara Municipal.**

**5ª Caso se verifique incumprimento de qualquer das condições indicadas, o lote reverte para a propriedade do Município, considerando-se resolvido o contrato e não havendo lugar ao pagamento de qualquer indemnização.**

**A comissão que dirige a hasta pública tem a seguinte composição:**

**Presidente – Vereador Paulo Vicente**

**Vogal – Miguel Crespo**

**Vogal – Inês Marrazes**

**Suplentes – Susana Silva**

**Licitador – Carlos Duarte**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

## **26 - HASTA PÚBLICA PARA ALIENAÇÃO DE CINCO PRÉDIOS**

**510 - Considerando que os prédios descritos sob os n.ºs 4861 a 4865, sitos na freguesia de Vieira de Leiria, na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande, se encontram inscritos a favor deste Município.**

Considerando que as opções do plano, aprovadas pela Assembleia Municipal, contêm previsão expressa relativa à alienação dos prédios referidos, de acordo com informação da Divisão de Gestão Financeira, que se anexa.

Considerando que a Assembleia Municipal deliberou, em 13 de julho de 2012, alterar os preços bases de alienação dos referidos prédios urbanos.

Considerando que, nas referidas opções do plano, foram determinadas as seguintes bases mínimas de licitação:

N.º de inventário 15186: 75.000,00 euros.

N.º de inventário 15187: 60.000,00 euros.

N.º de inventário 15188: 60.000,00 euros.

N.º de inventário 15189: 60.000,00 euros.

N.º de inventário 15190: 60.000,00 euros.

Considerando que deve ser assegurada a execução do orçamento da receita, de modo a satisfazer as necessidades públicas a cargo do Município.

Considerando que é obrigatório promover a alienação de bens imóveis através de hasta pública, de acordo com o artigo 64.º, n.º 1, alínea g), da Lei nº 169/99 de 18/09, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Considerando que compete à Câmara Municipal promover essa alienação “desde que a alienação decorra da execução das opções do plano e a respetiva deliberação seja aprovada por maioria de dois terços dos membros em efetividade de funções”.

**Assim, a Câmara Municipal delibera alienar, em hasta pública, os seguintes prédios:**

- 1) descrito sob o n.º 4861/19980821 na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande e inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 4678;**
- 2) descrito sob o n.º 4862/19980821 na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande e inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 4679;**
- 3) descrito sob o n.º 4863/19980821 na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande e inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 4680;**
- 4) descrito sob o n.º 4864/19980821 na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande e inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 4681;**
- 5) descrito sob o n.º 4865/19980821 na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande e inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 4682;**

A Câmara Municipal delibera fixar os seguintes termos de realização da hasta pública:

1. A hasta pública deve ser publicitada, com a antecedência mínima de quinze dias contínuos, em dois jornais diários de circulação a nível nacional, num jornal local, no sítio de internet do Município e através de afixação de editais nos lugares de estilo.

2. Os valores bases de licitação são as seguintes:

a) Prédio inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 4678: 75.000,00 euros.

b) Prédio inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 4679: 60.000,00 euros.

c) Prédio inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 4680: 60.000,00 euros.

d) Prédio inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 4681: 60.000,00 euros.

e) Prédio inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 4682: 60.000,00 euros.

3. As propostas devem ser apresentadas em sobrescrito fechado, identificando-se no exterior do mesmo o nome e o lote a alienar, que, por sua vez, é encerrado num segundo sobrescrito dirigido ao presidente da Comissão, devem ser endereçados ao Município da Marinha Grande, Praça Guilherme Stephens, 2430-522 Marinha Grande.

4. As propostas podem ser entregues pessoalmente ou enviadas por correio, sob registo, devendo ser elaborada lista das propostas apresentadas ordenada de acordo com a respetiva apresentação.

5. As propostas a apresentar devem indicar um valor para arrematação do imóvel superior à base de licitação.

6. A apresentação das propostas referidas no n.º anterior deve ocorrer até às 17:00 horas do dia útil imediatamente anterior à data da realização da hasta pública.

7. A praça realiza-se pelas 10:00 horas, no Salão Nobre do Município da Marinha Grande, sito na Praça Guilherme Stephens, no dia útil seguinte ao termo do prazo para apresentação de propostas em sobrescrito fechado, em sessão contínua e pela ordem indicada no n.º 2.

8. A praça inicia-se com a abertura das propostas recebidas, se existirem, havendo lugar a licitação, a partir do valor da proposta mais elevada, ou, se não existir qualquer proposta, a partir do valor base de licitação.

9. Podem intervir na praça os interessados ou seus representantes, devidamente identificados, e, no caso de pessoas coletivas, habilitados com poderes bastantes para arrematar, independentemente da apresentação de proposta em sobrescrito fechado.

10. O valor do lance mínimo é fixado em 500,00 euros.

11. A licitação termina quando o presidente da comissão tiver anunciado por três vezes o lance mais elevado e este não for coberto.
12. Se não tiver havido apresentação de propostas válidas, nem licitação, o imóvel pode ser adjudicado provisoriamente a quem, no ato da praça, fizer a melhor oferta de preço não inferior à base de licitação anunciada.
13. Terminados os procedimentos enumerados, o lote é adjudicado provisoriamente pela comissão, a quem tiver oferecido o preço mais elevado, que deverá de imediato proceder ao pagamento de 20% do valor de adjudicação a título de sinal e declarar se a aquisição do imóvel é para pessoa a designar no prazo de dez dias úteis.
14. No final da praça, será elaborado o respetivo auto de arrematação que deve ser assinado pelos membros da comissão e pelo adjudicatário provisório.
15. O adjudicatário provisório deve apresentar os documentos comprovativos de que se encontra em situação regularizada perante o Estado em sede de contribuições e impostos, bem como relativamente à sua situação contributiva para com a segurança social, no prazo de dez dias úteis a contar da data da adjudicação provisória. A não apresentação dos documentos, por motivo imputável ao adjudicatário provisório, implica a não adjudicação definitiva.
16. A decisão de adjudicação definitiva ou de não adjudicação compete à Câmara Municipal, devendo dela ser notificado o adjudicatário, por carta registada com aviso de receção, no prazo de 30 dias úteis a contar da adjudicação provisória.
17. Pode não haver lugar à adjudicação provisória ou definitiva quando haja fundado indícios de conluio entre os proponentes ou qualquer outra causa justificativa.
18. O pagamento da parte restante do preço (80%), deve ser efetuado na data da outorga da escritura pública de compra e venda, a realizar no prazo de sessenta dias úteis a contar da data da adjudicação definitiva, salvo motivo de força maior. Esgotado este prazo, a arrematação ficará sem efeito perdendo o adjudicatário o valor do sinal pago.
19. Todas as despesas decorrentes da alienação são de conta do adjudicatário.
20. O não cumprimento pelo adjudicatário dos procedimentos ou obrigações antes enunciadas implica a perda de quaisquer direitos eventualmente adquiridos sobre o imóvel, bem como das importâncias já entregues.
21. A prestação de falsas declarações ou a falsificação de documentos apresentados implica a exclusão da hasta pública, bem como a anulação da adjudicação, no caso de o imóvel lhe ter sido adjudicado, perdendo as quantias já entregues, sem prejuízo de participação à entidade competente para efeitos de procedimento penal.
22. Verificando-se a situação prevista nos n.ºs 20 ou 21, ou quando por outra causa não haja lugar à competente adjudicação definitiva, o imóvel pode ser adjudicado ao interessado que apresentou a proposta ou o lance de que resultou o valor de arrematação imediatamente inferior, desde que superior à base de licitação.

**A alienação fica sujeita às seguintes condições:**

**1ª** O comprador compromete-se a apresentar o projeto das obras a realizar, em conformidade com as normas legais e regulamentares em vigor, no prazo de dezoito meses a contar da data de celebração da escritura pública de compra e venda.

**2ª** A alienação ou a oneração do lote de terreno no estado em que se encontra no momento da venda depende de autorização expressa da Câmara Municipal.

**3ª** Caso se verifique incumprimento de qualquer das condições indicadas, o lote reverte para a propriedade do Município, considerando-se resolvido o contrato e não havendo lugar ao pagamento de qualquer indemnização.

**A comissão que dirige a hasta pública tem a seguinte composição:**

**Presidente – Vereador Paulo Vicente**

**Vogal – Miguel Crespo**

**Vogal – Inês Marrazes**

**Suplentes – Susana Silva**

**Licitador – Carlos Duarte**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

## **27 - CONTRATO DE CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO CAFÉ DO PARQUE MÁRTIRES DO COLONIALISMO. RESCISÃO. AUDIÊNCIA PRÉVIA.**

**511** - Presente informação da área de património, da DGF, na qual se identifica a existência de uma dívida no valor de 111.600,00 euros, por parte da entidade responsável pela exploração do Café do Parque Mártires do Colonialismo.

Tendo em conta que a cláusula 5.ª, do contrato celebrado em 10 de setembro de 2003, tem o seguinte teor:

“A falta de pagamento das rendas no prazo estipulado, implicará a liquidação do valor correspondente ao triplo da renda em dívida, independentemente da possibilidade de rescisão do contrato, com aviso prévio de seis meses, através de carta registada com aviso de receção”.

Tendo em conta que não efetuados os pagamentos das rendas desde 2008 até ao presente.

Tendo em conta não existe qualquer motivo atendível, nem é admissível a situação de incumprimento contratual continuado.

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
16/08/2012.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 18

A Câmara Municipal, concordando com a informação da divisão de gestão financeira, nos termos da cláusula 5.ª, do contrato, celebrado em 10 de setembro de 2003, delibera notificar o cocontratante Parkners Café, Lda., para se pronunciar, querendo, em sede de audiência prévia escrita, no prazo de dez dias úteis, sobre a intenção de rescisão do contrato de concessão de exploração do Café do Parque Mártires do Colonialismo, por falta de pagamento das rendas devidas no prazo estipulado, com o aviso prévio de 6 meses.

A presente deliberação foi aprovada por unanimidade.

**28 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 8 DO ARTIGO N.º 26 DA LEI N.º 64-B/2011 DE 30 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2012 - ILUMINAÇÃO PÚBLICA PARA A ESTRADA DO GUILHERME**

**512** - A Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2012, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 26º da Lei do Orçamento de Estado de 2012, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31/dezembro e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objecto seja a consultadoria técnica.

carece de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

O n.º 8 do art.º 26 da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2012, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5.º do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no

n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3 – B/2010, de 28 de abril.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31/dezembro e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, foi publicada no Diário da República a Portaria 9/2012 de 10 de janeiro, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 26.º da Lei n.º 64 – B/2011, de 30 de dezembro, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31/dezembro, e Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro.

Verifica-se, no entanto, que na presente data não foi publicada a portaria a que se refere o n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pelo que para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 8 do artigo 26.º da Lei n.º 64 – B/2011, de 30 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento da DGAEP, formulado nas suas FAQ'S, que o art.º 26 da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2012, se aplica às autarquias locais, quer no que respeita ao parecer prévio quer à redução remuneratória.

Considerando que nos termos do n.º 8 do artigo 26º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos seguintes requisitos, preceituados nos n.ºs 4 e 5 do mesmo artigo:

- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, atento o disposto no n.º 1 do art.º 20.º e no n.º 1 do art.º 26.º ambos da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, de acordo com o qual a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de



aquisição de serviços que, em 2012, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e, ou, contraparte do contrato vigente em 2011.

Presente informação SS-231.2012 e requisição interna n.º 11162/2012 da DOEM – Divisão de Obras e Equipamentos Municipais, na qual se justifica a necessidade de se proceder à aquisição de bens e serviços para a “Iluminação Pública para a Estrada do Guilherme”, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º8.º do art.º 26.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012.

O procedimento a adoptar é o Ajuste Directo previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 €.

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, será apresentado pelo adjudicatário os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste na aquisição de bens e serviços inerentes ao procedimento para a “*Iluminação pública para a Estrada do Guilherme*”, tarefas que serão exercidas com autonomia e sem carácter de subordinação, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que na presente data não é possível efectuar a demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial, por a Portaria a que se refere o n.º 2 do artigo 33.º-A da Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro, na redação introduzida pela Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, não ter sido publicada e que será esta que estabelecerá os termos e condições para a demonstração da mesma.

Considerando que se encontra inscrito em Plano Plurianual de Investimento de 2012 a dotação para a assunção de despesa relativa à “*Iluminação pública para a Estrada do Guilherme*”, na classificação orgânica/económica 10/070110 e ação do PPI 2010/1/124 e que foi emitido cabimento pelos serviços da Área de Finanças da Divisão de Gestão Financeira, em anexo.

Considerando que o preço base a aplicar é de 66.280,00 euros, a acrescer de IVA à taxa 23%, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pelo fornecimento de todos os bens e serviços objecto do contrato a celebrar e que não se aplicou redução remuneratória preceituada no n.º 1 do art.º 26.º da Lei de Orçamento de Estado para 2012 por não existir contrato com idêntico objecto celebrado no ano de 2011, não havendo, por este facto, termo de comparação.

Considerando que as entidades, sugeridas pelo serviço requisitante, a convidar para apresentar proposta foram as seguintes:

- JUVENAL ALVES DOMINGOS, LDA
- CANAS - ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, SA
- ANTÓNIO CRISTIANO DO ROSÁRIO, LDA.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 26.º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o disposto no n.º 8 do artigo 26.º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro, emitir parecer favorável à aquisição de bens e serviços para a *"Iluminação pública para a Estrada do Guilherme"*.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

#### **29 - BENEFICIAÇÃO DA RUA ANTÓNIO MARIA DA SILVA. ATRASO NA EXECUÇÃO E CONCLUSÃO DA OBRA. PENALIDADES. AUDIÊNCIA PRÉVIA.**

**513** - Em 6 de janeiro de 2010, foi efetuada a consignação da empreitada identificada em epígrafe.

O prazo de execução estabelecido no contrato ascendia a 12 meses, a contar da data da consignação. Na sequência da celebração de contrato adicional relativo a trabalhos de suprimento de erros e omissões do projeto de execução o prazo foi prorrogado em 4 dias. Este contrato adicional foi celebrado em 6 de setembro de 2010.

O contrato celebrado incorpora o respetivo plano de trabalhos e plano de pagamentos. Estes documentos, da autoria do empreiteiro, disciplinam o modo de execução dos trabalhos identificados no projeto de execução, devendo ser escrupulosa e atempadamente observados.

Em 28 de outubro de 2010, esta Câmara Municipal aprovou um novo plano de trabalhos que se fundou em problemas detetados na exequibilidade do projeto de execução. Por esse efeito a data de conclusão da obra foi fixada no dia 31 de março de 2011. Esta prorrogação do prazo de execução resultou de uma reunião de trabalho com os representantes do cocontratante que, de forma clara e inequívoca, assumiram o dia 31 de março de 2011 como a data adequada para garantir a conclusão da empreitada (S/5884/2010).

Não foi, posteriormente, comunicado pelo empreiteiro qualquer obstáculo ou impedimento imputável ao dono da obra ou a terceiro que impedisse a conclusão da execução da obra no prazo resultante do plano aprovado em outubro de 2010.

Ao longo da execução da obra, a diretora de fiscalização, enquanto representante do dono da obra, no exercício das respetivas funções legais, instou sucessivamente a representante do empreiteiro para que fossem adotadas todas as medidas conducentes ao integral e pontual cumprimento do plano de trabalhos. Apesar de todos os esforços desenvolvidos não se logrou conformar a ação do empreiteiro à execução atempada e perfeita de todas as suas obrigações contratuais.

A empresa responsável pela execução dos trabalhos considerando a obra como concluída, requereu a vistoria para efeitos de receção provisória, que veio a ser sucessivamente rejeitada tendo em conta a deteção de defeitos de execução imputáveis ao empreiteiro.

O auto de receção provisória final data de 18 de maio de 2012, momento em que se verificou a correção de todos os defeitos anteriormente detetados.

Nos termos de informação da diretora de fiscalização da obra verificou-se um desvio de 197 dias na execução da obra, isto é, a conclusão integral dos trabalhos deveria ter ocorrido até 31 de março de 2011 e apenas ocorreu em 14 de outubro do mesmo ano, ainda que com defeitos enunciados nos autos de não receção.

Nos termos do artigo 403.º, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos, em caso de atraso na conclusão da execução da obra por facto imputável ao empreiteiro, o dono da obra pode aplicar uma sanção contratual, por cada dia de atraso, em valor correspondente a 1<sup>º</sup>/<sub>90</sub> do preço contratual. A cláusula 11.ª, do caderno de encargos – cláusulas gerais, que integra o contrato, contém previsão de igual teor.

A aplicação de sanções por inexecução do contrato reveste a natureza de ato administrativo e constitui um dos poderes legalmente conferidos ao contraente público (artigos 302.º, alínea d) e 307.º, n.º 2, alínea c), do CCP).

A aplicação de sanções contratuais através de ato administrativo está sujeita a audiência prévia do cocontratante (artigo 308.º, n.º 2).

Tendo em conta que o atraso na conclusão da execução da obra não deriva de qualquer facto imputável ao dono da obra, mas sim que decorre de ação do empreiteiro.

Tendo em conta que o atraso na conclusão da obra gerou danos relevantes ao interesse público municipal, afetando de forma gravosa a qualidade de circulação no local da obra aos residentes e a terceiros.

Tendo em conta que o empreiteiro, por facto que lhe é exclusivamente imputável, não observou o plano de trabalhos aprovado em 28 de outubro de 2010, que decorreu de um compromisso que livremente assumiu e do qual decorrem consequências jurídicas.

Tendo em conta que a obra foi adjudicada na sequência de um procedimento concorrencial e que o prazo de execução constitui um elemento essencial a ter em conta na formulação das diferentes propostas, pelo que não pode ser aceite um desvio de execução de 197 dias.

Tendo em conta que é legalmente possível e devido sujeitar o empreiteiro às sanções previstas para o incumprimento do prazo contratual.

**A Câmara Municipal, concordando com a informação smv/30/11, nos termos dos artigos 403.º, n.º 1 e 308.º, n.º 2, do Código dos Contratos Públicos e da cláusula 11.ª, do Caderno de Encargos – Cláusulas Gerais, delibera notificar o cocontratante Civilvias, Construções e Vias, Lda., para se pronunciar, querendo, em sede de audiência prévia escrita, no prazo de dez dias úteis, sobre a intenção de aplicação de uma penalidade no valor de 97.554,49 euros, pelo atraso registado na conclusão da obra identificada em epígrafe.**

**A presente deliberação foi aprovada por maioria, com 3 votos a favor, 1 abstenção do Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira e 1 voto contra do Sr. Vereador Dr. António Santos, que proferiu a seguinte declaração de voto:**

*“No ponto 29 votei contra tendo em atenção que a descrição do texto não é esclarecedor. Ao pedir adiamento da discussão, do ponto em referência, foi recusado pelo Presidente em exercício.  
O pedido de adiamento servia tão só e apenas para melhor esclarecimento cabal do litígio existente em apreço e entre as partes.  
Só votei porque participei ativamente na discussão do ponto.”*

**O Sr. Vice-Presidente proferiu a seguinte declaração de voto:**

*“Votei a favor da presente proposta cujo agendamento entendi manter, porque ela consubstancia apenas a audiência prévia da empresa responsável pela execução da obra, para que apresente a sua defesa relativamente ao atraso na execução da mesma.  
Não se trata, como é evidente, de uma decisão de aplicação de uma multa, mas apenas de uma intenção que é sujeita ao contraditório por parte da entidade visada.  
Importa registar que, no decorrer desta reunião, não me foi solicitado qualquer esclarecimento adicional sobre o assunto ou requerida a consulta do processo administrativo em causa.”*

**O Sr. Presidente esteve ausente durante a discussão e votação do presente assunto, tendo sido substituído pelo Vice-Presidente, Sr. Paulo Vicente.**

**30 - “REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – FASE 2, JARDIM CENTRAL”  
– CP N.º 01/2012 – SUSPENSÃO DO PRAZO DA EMPREITADA.**

**514** - Presente comunicação apresentada pela firma HABITÂMEGA CONSTRUÇÕES, S.A., datada de 07 de Agosto de 2012, sobre a suspensão dos trabalhos da empreitada de “REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS - FASE 2, JARDIM CENTRAL”, com efeitos a partir do dia 20 de Julho de 2012.

Presente informação da DOEM com a ref. AR.04.2012, na qual se reitera a necessidade de suspender a execução dos trabalhos da empreitada designada por “REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – FASE 2, JARDIM CENTRAL”, adjudicada à firma HABITÂMEGA – CONSTRUÇÕES, S.A., por um período de 31 dias, compreendido entre os dias 20 de Julho de 2012 e 20 de Agosto de 2012, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 365º do CCP, designadamente por se verificar a necessidade de introduzir alterações ao projecto.

Considerando que, segundo o disposto no artigo 365º, alínea b), do Código dos Contratos Públicos (CCP), o dono da obra pode ordenar a suspensão da execução dos trabalhos, entre o mais, quando se verifica “a necessidade de estudar alterações a introduzir ao projecto”.

**Assim, a Câmara Municipal, concordando com a informação técnica com a ref.ª AR.04.2012, que fica anexa (Anexo 1) e aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera:**

a) Aprovar a suspensão dos trabalhos da empreitada designada por “REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – FASE 2, JARDIM CENTRAL”, adjudicada à firma HABITÂMEGA – CONSTRUÇÕES, S.A., por um período de 31 dias, compreendido entre os dias 20 de Julho de 2012 e 20 de Agosto de 2012, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 365º do CCP, designadamente por se verificar a necessidade de introduzir alterações ao projecto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**31 - ABERTURA DE ARRUAMENTO PARALELO À ESTRADA DOS GUILHERMES E DUAS INTERSECÇÕES GIRATÓRIAS. ADITAMENTO AO CONTRATO DE CONSÓRCIO.**

Em 21 de dezembro de 2010, foi celebrado o contrato de empreitada de obras públicas com o objeto identificado em epígrafe, na sequência da adjudicação da obra ao agrupamento constituído pelas empresas Oliveiras, SA e Lenaprédio, Lda.

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
16/08/2012.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 18

O agrupamento assumiu a configuração jurídica de consórcio externo de responsabilidade solidária.

Presente aditamento ao contrato de consórcio, do qual resulta uma redistribuição das componentes de obra a cargo das consorciadas.

**A Câmara Municipal tomou conhecimento.**

**32 - “REDE DE SANEAMENTO NO LUGAR DE PASSAGEM – 2ª FASE – VIEIRA DE LEIRIA” – CP N.º 04/2011 – RATIFICAÇÃO DA SUSPENSÃO PARCIAL DOS TRABALHOS.**

**515** - Presente informação da DOEM, com a ref.ª LS-12.2012, propondo a ratificação da suspensão parcial da empreitada designada por “REDE DE SANEAMENTO NO LUGAR DE PASSAGEM – 2ª FASE – VIEIRA DE LEIRIA”, adjudicada à firma TRANSBARQUEIRO – TRANSPORTES, L.DA, por um período de 63 dias, nos termos do disposto na alínea a) do artigo 297º e na alínea a) do artigo 365º do CCP, designadamente por falta de condições de segurança.

Considerando que o Caderno de Encargos possibilita a modificação do plano de trabalhos em vigor (n.º 1 da cláusula 8ª).

Considerando que, segundo o disposto na alínea a) do artigo 297º e alínea a) do artigo 365º do Código dos Contratos Públicos (CCP), o dono da obra pode ordenar a suspensão da execução dos trabalhos, neste caso, por falta de condições de segurança.

**Assim, apreciada a informação com a ref.ª LS.12.2012 que fica anexa (Anexo 2) e aqui se dá por reproduzida, a Câmara Municipal delibera ratificar a suspensão parcial da empreitada designada por “REDE DE SANEAMENTO NO LUGAR DE PASSAGEM – 2ª FASE – VIEIRA DE LEIRIA”, adjudicada à firma TRANSBARQUEIRO – TRANSPORTES, L.DA, por um período de 63 dias, nos termos do disposto na alínea a) do artigo 365º do CCP, designadamente por falta de condições de segurança.**

**Delibera ainda notificar o empreiteiro para apresentar novo plano de trabalhos, considerando a suspensão parcial de 63 dias, aprovada nos termos do disposto nas alínea a) do artigo 365º do CCP, no n.º 1 da cláusula 8ª do caderno de encargos e no n.º 1 do artigo 13º do Decreto – Lei N.º 6/2004, de 6 de Janeiro.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**33 - "REQUALIFICAÇÃO DE DIVERSOS ARRUAMENTOS NA VÁRZEA - RUA NATÁLIA CORREIA E TROÇO DA RUA MIGUEL TORGA (ANTIGA RUA 4) - CP 03/10 (DIRM)" - REVISÃO DE PREÇOS.**

**516** - Presente informação da D.O.E.M. com a ref.<sup>a</sup> smv/09/12, propondo a aprovação da revisão de preços da empreitada referida em epígrafe no valor de 11,056,44€ (onze mil e cinquenta e seis euros e quarenta e quatro centimos), acrescido de IVA à taxa em vigor.

Assim, apreciada a informação com a ref. smv/09/12, que fica anexa (**Anexo 3**) e aqui se dá por reproduzida, a Câmara delibera aprovar a revisão de preços, ao abrigo do disposto do n.º 1 do art. 199º do Decreto-Lei n.º59/99, de 2 de Março, e do Decreto-Lei n.º6/2004, de 6 de Janeiro, relativa à empreitada "REQUALIFICAÇÃO DE DIVERSOS ARRUAMENTOS NA VÁRZEA - RUA NATÁLIA CORREIA E TROÇO DA RUA MIGUEL TORGA (ANTIGA RUA 4) - CP 03/10 (DIRM)", adjudicada à firma "Lenaprédio, Lda", no valor de 11.056,44€ (onze mil e cinquenta e seis euros e quarenta e quatro centimos) acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**34 - "REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DA ANTIGA FÁBRICA DA RESINAGEM DA MARINHA GRANDE" - CONCURSO PÚBLICO N.º 05/2010 (DEEM) - REVISÃO DE PREÇOS.**

**517** - Presente E/2636/2012, datada de 26/03/2012, apresentada pela firma "Lena Construções, SA", propondo a aprovação de revisão de preços provisória no valor de 11.077,33€ da empreitada "Reabilitação do Edifício da Antiga Fábrica da Resinagem da Marinha Grande".

Presente E/3235/2012, datada de 13/04/2012, apresentada pela firma "Lena Construções, SA", propondo a aprovação de revisão de preços provisória no valor de 14.919,77€ da empreitada "Reabilitação do Edifício da Antiga Fábrica da Resinagem da Marinha Grande", como atualização ao cálculo apresentado através da E/2636/2012.

Presente e informação da D.O.E.M. com a ref.<sup>a</sup> LF/12-06 de 23/04/2012, propondo a aprovação da revisão de preços provisória da empreitada referida em epígrafe no valor de 10.967,18 € (dez mil, novecentos e sessenta e sete euros e dezoito centimos), acrescidos de IVA à taxa em vigor.

**Assim, apreciada a informação com a ref.ª LF/12-06 de 23/04/2012 que fica anexa (Anexo 4) e aqui se dá por reproduzida, a Câmara delibera aprovar a revisão de preços provisória, ao abrigo do disposto do n.º 1 do art. 382º do Código dos Contratos Públicos, e do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de Janeiro, relativa à empreitada "Reabilitação do Edifício da Antiga Fábrica da Resinagem da Marinha Grande", adjudicada à firma "Lena Construções, SA", no valor de 10.967,18 € (dez mil, novecentos e sessenta e sete euros e dezoito cêntimos), acrescidos de IVA à taxa em vigor.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**35 - HABITAÇÃO SOCIAL – BAIRRO DO CAMARNAL VELHO, N.º 23 – CAMARNAL - TITULAR DO CONTRATO: DORA SOFIA LISBOA RAMADAS – ABANDONO DO LOCADO – OCUPAÇÃO ILEGÍTIMA POR TERCEIRO – RESOLUÇÃO DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO.**

**518** - Presente informação I/362/2012, de 23-04-2012, da DEDIS-Divisão de Educação, Desporto e Intervenção Social, dando conta da situação de abandono, pela arrendatária, da habitação social sita no Bairro do Camarnal Velho, n.º 23, Camarnal, motivada por alegados maus tratos e da ocupação da mesma pelo ex-companheiro da titular do contrato de arrendamento, Dora Sofia Lisboa Ramadas, que se recusa a sair do locado.

Presente parecer I/779/2012-FO, de 31-07-2012, da DJCP-Divisão Jurídica e de Contratação Pública, no qual se apreciaram os factos e se concluiu que tendo em conta a situação de abandono do locado pela titular do contrato de arrendamento, há já vários meses e a inexistência de direito de transmissão do mesmo ao seu ex-companheiro que ali permanece de forma ilegal e ilegítima, estão reunidos os requisitos legais para que a Câmara Municipal possa deitar mão à resolução do contrato de arrendamento, nos termos e ao abrigo do previsto no art.º 1084.º, n.º 2 do Código Civil, bem como à inerente ação de despejo prevista no art.º 14.º do NRAU-Novo Regime do Arrendamento Urbano, extensível ao ocupante ilegítimo da habitação em causa.

**A Câmara Municipal apreciou e concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes do citado parecer I/779/2012-FO, que aqui se dá por integralmente reproduzido e que fica anexo à ata (Anexo 5), e porque sendo a habitação social um bem escasso e tão necessário ao município da Marinha Grande para alojamento dos muitos agregados familiares de fracos recursos económicos que se encontram em “lista de espera”, não pode o município tolerar a manutenção de situações de ocupação ilegítima do locado como a relatada, delibera:**



- a) **Requerer a resolução, por via judicial, do contrato de arrendamento celebrado com Dora Sofia Lisboa Ramadas, nos termos e ao abrigo do disposto no art.º 1084.º, n.º 2, do Código Civil, por a mesma já não residir no locado, ter o centro da sua economia e vida familiar noutra residência sita em Santarém e ter “tolerado” a permanência no locado do seu ex-companheiro, em violação das regras de atribuição das habitações sociais da competência da Câmara Municipal.**
- b) **Intentar a consequente acção de despejo prevista no art.º 14.º do NRAU e que tem por objectivo “...fazer cessar a situação jurídica do arrendamento, sempre que a lei imponha o recurso à via judicial...”, extensível ao seu ex-companheiro e atual ocupante ilegítimo da habitação social do município.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**36 - ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDAS REFERENTES À RUA JÚLIO BRAGA BARROS, AS QUAIS SE ENCONTRAM SOB O REGIME DE RENDA APOIADA – PARA VIGORAREM A PARTIR DE 01 DE SETEMBRO DE 2012**

**519** - Presente informação n.º 731 da Divisão de Educação, Desporto e Intervenção Social, datada de 19/07/2012, referente à atualização anual das rendas de habitação social, da Rua Júlio Braga Barros.

Considerando que os contratos de arrendamento em causa se regem pelo Regime de Renda Apoiada;

Considerando o Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio regula o Regime de Renda Apoiada;

Considerando que o referido regime de Renda se baseia na determinação dos valores de um preço técnico e de uma taxa de esforço;

Considerando que ficou demonstrada a alteração dos rendimentos das famílias em causa;

Considerando, por fim, que ao abrigo do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, a renda atualiza-se, também anual e automaticamente, em função da variação do rendimento mensal corrigido do agregado familiar;

**A Câmara analisou a referida informação e nos termos do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, delibera no uso da competência prevista nas alíneas b) e d) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada**

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 16/08/2012.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 18

pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, proceder à atualização anual das rendas de habitação social constantes no seguinte quadro:

**Rua Júlio Braga Barros**

BLOCO	MORADOR	FRACÇÃO	CONTRATO	RENDA 2011	RENDA 2012
1	Vítor Manuel R. Sousa	R/C D	27/12/1993	42,28€	42,28€
1	Maria Brízida Jesus Azevedo	1ºD	01/01/2000	17,12€	17,61€
1	Maria de Fátima G. Almeida	3ºC	17/01/1996	4,85€	18,36€
2	Maria Helena V. P. Monteiro	3º Esq.	27/12/1993	42,08€	54,75€
3	Ricardo Miguel S. Casaca	1ºC	01/01/1999	38,80€	38,80€
5	Maria Fátima Silva Ferreira	R/C B	22/12/1997	68,14€	58,25€
5	José Pereira	R/C C	01/10/2000	68,80€	26,66€

**Mais delibera, que os valores das rendas acima descritas entrem em vigor a partir do dia 1 de setembro de 2012.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**37 - REAPRECIAÇÃO DO VALOR DA RENDA APLICADO A INQUILINA CAMARÁRIA – CELESTE BOTAS PEREIRA, RESIDENTE NA PRACETA DA LIBERDADE, BLOCO 1, 1º R/C ESQ., POR MOTIVO DE REAJUSTAMENTO DO RENDIMENTO MENSAL CORRIGIDO**

**520** - Presente informação n.º 797/2012 da Divisão de Educação, Desporto e Intervenção Social, datada de 07 de agosto de 2012, referente a pedido de reapreciação do valor da renda, por parte da inquilina mencionada em epígrafe, por motivo de redução do rendimento auferido pela mesma.

Considerando que houve redução dos rendimentos da família, existe a necessidade de reapreciar o valor da renda de habitação social.

Considerando que nos termos do n.º 3 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, *“A renda pode ainda ser reajustada, a todo o tempo, sempre que se verifique alteração do rendimento mensal corrigido do agregado família (...)”*.

A Câmara analisou a referida informação e ao abrigo do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, delibera no uso de competência prevista nas alíneas b) e d) do n.º 7, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, concordar com a alteração do valor da renda atual de 23,19€ (vinte e três euros e dezanove cêntimos) para 4,85€ (quatro euros e oitenta e cinco cêntimos).

Mais delibera que o valor da renda entre em vigor, a partir do próximo mês de setembro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**38 - REAPRECIAÇÃO DO VALOR DA RENDA APLICADO A INQUILINA CAMARÁRIA – MARIA DE FÁTIMA FERNANDES OLIVEIRA, RESIDENTE NA PRACETA DA LIBERDADE, BLOCO 5, 2.º ESQ., POR MOTIVO DE REAJUSTAMENTO DO RENDIMENTO MENSAL CORRIGIDO**

**521** - Presente informação n.º 798/2012 da Divisão de Educação, Desporto e Intervenção Social, datada de 07 de agosto de 2012, referente a pedido de reapreciação do valor da renda, por parte da inquilina mencionada em epígrafe, por motivo de alteração do agregado familiar e redução do rendimento auferido pelo mesmo.

Considerando que houve alteração da composição do agregado familiar e redução dos rendimentos da família, existe a necessidade de reapreciar o valor da renda de habitação social.

Considerando que nos termos do n.º 3 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, *“A renda pode ainda ser reajustada, a todo o tempo, sempre que se verifique alteração do rendimento mensal corrigido do agregado família (...)”*.

A Câmara analisou a referida informação e ao abrigo do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, delibera no uso de competência prevista nas alíneas b) e d) do n.º 7, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, concordar com a alteração do valor da renda atual de 75,38€ (setenta e cinco euros e trinta e oito cêntimos) para 4,85€ (quatro euros e oitenta e cinco cêntimos).

Mais delibera que o valor da renda entre em vigor, a partir do próximo mês de setembro.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**39 - ACEITAÇÃO DE DOAÇÃO AO MUSEU DO VIDRO POR PARTE DE MARIA HELENA MATOS.**

**522** - Presente informação l/628/2012 – Doação de Maria Helena Matos, relativa à intenção de doação seis esculturas em vidro de chapa transparente e fumado, da autoria de Maria Helena Matos, realizadas entre 1987 e 2000, com interesse artístico e museológico para a coleção de vidro artístico contemporâneo do Museu do Vidro, que a seguir se enunciam:

- *Caos* - Colagem de vidro de chapa fumado – Dimensões aproximadas: 60x60x87cm.
- *Linhas traçadas* - Colagem de vidro de chapa fumado e espelho - Dimensões aproximadas: 42,5x41,5x1,90cm.
- *Sem nome* - Colagem de vidro de chapa fumado - Dimensões aproximadas: 40,5x35,5x60cm.
- *Oferenda a um deus por inventar* - Colagem de vidro de chapa fumado - Dimensões aproximadas: 50,5x50,5x67cm (reproduzida no catálogo da exposição “Maria Helena Matos – Retrospectiva”).
- *Clã* - Colagem de vidro de chapa fumado – Dimensões aproximadas: 47,5x70,5x71cm (reproduzida no catálogo da exposição “Maria Helena Matos – Retrospectiva”).
- *Zigurat* - Colagem de vidro de chapa - Dimensões aproximadas: 61x61x60cm.

Duas delas encontram-se reproduzidas no catálogo da exposição “Maria Helena Matos – Retrospectiva” realizada no Museu do Vidro em 2001/2002.

Atendendo à importância destas obras, com interesse artístico e museológico para a vocação e objetivos do Museu do Vidro, bem como para a sua coleção de arte contemporânea, propõe-se a aceitação dos bens e a integração do acervo do Museu do Vidro, para fins exclusivamente museológicos.

**Assim, a Câmara Municipal analisou a proposta e delibera ao abrigo da alínea h) do n.º 1 do artigo 64 do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, aceitar a doação supra referida para fins exclusivamente museológicos, uma vez que se tratam de bens com interesse artístico e museológico para a vocação e objetivos da do Museu do Vidro, bem como para a sua coleção de arte contemporânea, que devem ser estudados e conservados para a posteridade, e aprovar o contrato de doação em minuta (Anexo 6).**

**A deliberação foi tomada por unanimidade.**

#### 40 - RESUMO DE TESOURARIA

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia catorze de agosto de dois mil e doze, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica “Total de Disponibilidades”: 1.003.614,60 € (um milhão, três mil seiscentos e catorze euros e sessenta cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

523 - De acordo com o previsto no art.º 83º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, a Câmara delibera por unanimidade analisar os seguintes assuntos:

1. RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO Nº 15 DE 19 DE MAIO DE 2011 – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – CONCESSÃO, A TÍTULO PERPÉTUO, DE OSSÁRIOS DO CEMITÉRIO DE CASAL GALEGO.
2. REQUERIMENTO DE HERMÍNIO DA SILVA LAVOS DIAS – PEDIDO DE PARECER SOBRE A CONSTITUIÇÃO DO REGIME DE COMPROPRIEDADE SOBRE PRÉDIO RÚSTICO SITO EIRINHAS E PALHÃO – PRAIA DA VIEIRA – REGIME DAS AUGI – PROPOSTA DE EMISSÃO DE PARECER FAVORÁVEL.
3. CAFÉ DA PRAIA DE S. PEDRO DE MOEL – EMISSÃO DE LICENÇA DE UTILIZAÇÃO.
4. BENEFICIAÇÃO DA RUA DA INDÚSTRIA. RECEÇÃO PROVISÓRIA.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1 - RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO Nº 15 DE 19 DE MAIO DE 2011 – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – CONCESSÃO, A TÍTULO PERPÉTUO, DE OSSÁRIOS DO CEMITÉRIO DE CASAL GALEGO.

**524** - Em 19 de maio de 2011 a Câmara Municipal enquanto órgão competente para administrar os bens do domínio municipal, deliberou delegar no seu Presidente a concessão, a título perpétuo, de ossários do cemitério de Casal Galego.

Atendendo a que:

- Esta deliberação foi tomada com uma inexatidão;
- Os erros materiais na expressão da vontade do órgão administrativo, quando manifestos, podem, por ele, ser retificados a todo o tempo (nº 1 do artigo 148º do CPA);
- A retificação pode ter lugar oficiosamente, tem efeitos retroativos e deve ser feita sob a forma e com a publicidade usadas para a prática do ato retificado (nº 2 do artigo 148º do CPA);

A Câmara Municipal delibera retificar, ao abrigo do artigo 148º do CPA, a deliberação nº 15 de 19 de maio de 2011, na parte em que refere que a competência a delegar é a respeitante à alínea a) do nº 7 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro com a redação da lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, quando pretendia referir-se à alínea b).

Assim, onde se lê:

" Delibera, ao abrigo do nº 1 do artigo 65º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro com a redação da lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, delegar no seu Presidente a competência prevista na alínea a) do nº 7 do artigo 64º dos mesmos diplomas..."

deve ler-se:

" Delibera, ao abrigo do nº 1 do artigo 65º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro com a redação da lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, delegar no seu Presidente a competência prevista na alínea b) do nº 7 do artigo 64º dos mesmos diplomas..."

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**2 - REQUERIMENTO DE HERMÍNIO DA SILVA LAVOS DIAS – PEDIDO DE PARECER SOBRE A CONSTITUIÇÃO DO REGIME DE COMPROPRIEDADE SOBRE PRÉDIO RÚSTICO SITO EIRINHAS E PALHÃO – PRAIA DA VIEIRA – REGIME DAS AUGI – PROPOSTA DE EMISSÃO DE PARECER FAVORÁVEL.**

**525** - Presente requerimento de Hermínio da Silva Lavos Dias, residente na Rua das Voltas, n.º 37, Outeiro da Fonte, freguesia de Carvide, concelho de Leiria, na qualidade de proprietário do prédio rústico sito no lugar de Eirinhas e Palhão, Praia da Vieira, freguesia

de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 5865 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 908, a solicitar a emissão de parecer favorável à constituição do regime de compropriedade sobre o mesmo a favor dos compradores José Maria Oliveira Neto e Ilídio Letra Faustino, na proporção de ½ a cada um.

Presente certidão matricial do prédio com a área de 1.508m2.

Presente certidão registal do prédio com a área de 1.460m2.

Presente planta de localização à escala 1:2000.

Presente levantamento topográfico do prédio representado com a área de 1.508m2.

Presente informação de cadastro da DUL-Divisão de Urbanismo e Licenciamento.

**A Câmara Municipal após análise de todos os referidos documentos e considerando que:**

- a) O prédio em causa em causa é composto por terra de sementeira apresentando uma área de 0,150800ha, e confronta a Norte com caminho público, a Sul com Adelino Simãozinho (combro), a Nascente com Martinho de Oliveira e caminho e a Poente com Alfredo Lourenço Faustino e outro;
- b) Pretende o requerente proceder à venda do prédio originando tal negócio jurídico uma situação de compropriedade, em duas partes, iguais, a favor de José Maria Oliveira Neto e Ilídio Letra Faustino;
- c) De acordo com o n.º 1 do artigo 54.º da Lei das Áreas Urbanas de Génese Ilegal – Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, alterada pelas Leis n.ºs. 165/99, de 14 de setembro, 64/2003, de 23 de Agosto e 10/2008, de 20 de fevereiro, *“A celebração de quaisquer actos ou negócios jurídicos entre vivos de que resulte ou possa vir a resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do número de compartes de prédios rústicos carece de parecer favorável da câmara municipal do local da situação dos prédios.”*;
- d) Esta Lei das AUGI visou limitar a proliferação de negócios jurídicos dos quais resultava o fraccionamento dos prédios em violação do regime dos loteamentos – loteamentos ilegais - sendo inequívoco que esta intenção do legislador surge fortemente corroborada na alteração do art.º 54.º operada pela Lei n.º 64/2003, pela qual «quis prevenir com elevado grau de eficácia o surgimento de situações de parcelamento físico de prédios rústicos», optando por sancionar com a nulidade a realização de tais negócios jurídicos realizados sem o parecer favorável da Câmara Municipal.
- e) Passou, assim, a ser da responsabilidade da Câmara Municipal exercer o controlo eficaz sobre o parcelamento físico ou jurídico dos prédios rústicos, já que da compropriedade pode vir a resultar o parcelamento do prédio, por exemplo, em consequência de uma acção de divisão de coisa comum ou resultar, nomeadamente, alguma das seguintes situações que cabe à Câmara Municipal evitar:

- ✓ O parcelamento, ainda que apenas físico de prédio rústico localizado fora do perímetro urbano, com o intuito de se destinar a edificação, por contrariar a regra da localização ínsita no art.º 41.º do RJUE, excepto se for um caso subsumível ao regime do destaque;
  - ✓ Ainda que não destinado a edificação, o parcelamento resultante de um número elevado de compartes, crie parcelas que não viabilizem qualquer exploração económica;
  - ✓ Ainda que dentro do perímetro urbano o parcelamento contrarie qualquer instrumento de gestão territorial.
- f) O diploma das AUGI apenas consagra como fundamento de parecer desfavorável da Câmara Municipal o facto de o negócio visar ou dele resultar parcelamento físico em violação ao regime legal dos loteamentos urbanos, não resultando do pedido do requerente elementos suficientes que permitam afirmar, por si só, a presença de tais obstáculos jurídicos previstos no n.º 2 do supra citado art.º 54.º;

**Delibera, no exercício das competências conferidas pela alínea d) do n.º 7 do art. 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, e nos termos do preceituado nos n.ºs. 1 e 2 do artigo 54.º do Regime das AUGI-Áreas Urbanas de Génese Ilegal, aprovado pela Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, alterada pelas Leis n.ºs. 165/99, de 14 de setembro, 64/2003, de 23 de agosto e 10/2008, de 20 de fevereiro, emitir parecer favorável à celebração do negócio jurídico de compra e venda que originará a constituição da propriedade sobre o prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo 5865, a favor do requerente Hermínio da Silva Lavos Dias, sujeito às seguintes condições:**

- a) Que o documento que titula o negócio jurídico da compra e venda - que motiva o pedido de constituição da propriedade - refira expressamente que as partes ficam indivisas.
- b) Que o mesmo não pode ser invocado, a qualquer título, para justificar ou documentar qualquer outro negócio jurídico, designadamente de divisão de coisa comum, que tenha por resultado o fracionamento do prédio em desrespeito pelo regime jurídico dos loteamentos.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**3 - CAFÉ DA PRAIA DE S. PEDRO DE MOEL – EMISSÃO DE LICENÇA DE UTILIZAÇÃO.**



Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
16/08/2012.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 18

**526** - Presente deliberação camarária, de 12 de julho de 2007, na sequência da qual foi emitida a licença de utilização n.º 07/07.

Considerando que os pressupostos enunciados se mantêm plenamente válidos, dando-se aqui por reproduzidos.

Considerando que esta Câmara Municipal está a desenvolver todos os esforços no sentido de resolver em termos definitivos a situação.

Considerando que os responsáveis pela exploração foram notificados pela ASAE para apresentarem o competente alvará de utilização.

**A Câmara Municipal delibera manter a sua deliberação n.º 959, de 12 de julho de 2007, que aqui se dá por integralmente reproduzida.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

#### **4 - BENEFICIAÇÃO DA RUA DA INDÚSTRIA. RECEÇÃO PROVISÓRIA.**

**527** - Presente Auto de Receção Provisória da obra “Beneficiação da Rua da Indústria – Concurso Público n.º. 04/2009”, adjudicada por deliberação de Câmara, de 15 de julho de 2010, à empresa Construções António Leal, SA.

**A Câmara Municipal, verificando pelo auto referido que a obra foi executada de acordo com as regras de arte e prescrições técnicas aplicáveis e de acordo com o contrato e as instruções dos Serviços de Fiscalização da Câmara, delibera receber provisoriamente a obra antes enunciada, de acordo e para os efeitos do previsto nos artigos 394º e 395º do Código dos Contratos Públicos.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

#### **APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA**

**528** - Por último a Câmara, usando a faculdade que lhe confere o n.º 3 do art.º 92º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta.

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
16/08/2012.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 18

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 12:30 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do art.º 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

**O Presidente**

**A Secretária da reunião**